

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

**ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COLIT – CONSELHO
TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO DO LITORAL
REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE
2012, PRESIDIDA PELO PRESIDENTE,
SR. JONEL NAZARENO IURK,
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS E
SECRETARIADA PELO SR. MARCO
AURÉLIO BUSCH ZILIOOTTO –
SECRETÁRIO EXECUTIVO.**

Sr. Eduardo Antônio Dalmora, Prefeito de Matinhos: - Senhoras e Senhores, boa tarde a todos. Queria em primeiro lugar cumprimentar nosso Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Jonel Nazareno Iurk, nosso Secretário de Turismo, Sr. Faisal Saleh, nosso amigo e Secretário do Conselho do Litoral, Sr. Marco Ziliotto, e em nome deles eu cumprimento todos os conselheiros do COLIT, que aqui estão. Nosso companheiro, o Sr Prefeito e ao seu lado o Sr. Rudisney Gimenes - Pontal do Paraná.

Senhoras e Senhores, Matinhos hoje os recebe de braços abertos e de mãos estendidas para 62ª Reunião do Conselho do Litoral. Sejam bem vindos e vamos para o hino nacional.

Com a palavra o Sr. Presidente, Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Jonel Nazareno Iurk: - Muito boa tarde a todos os presentes e saudação aos Senhores Conselheiros aos Senhores Prefeitos aqui presentes, aos representantes de diversas entidades e ao público em geral que veio prestigiar essa importante reunião do Conselho do Litoral. Fica aberta a 62ª Reunião Ordinária do Conselho Territorial de Desenvolvimento do Litoral – COLIT. Eu queria rapidamente fazer um agradecimento ao SESC, que está nos abrigando hoje, Prefeitura de Matinhos, ao seu Prefeito pela excelente acolhida a todos nós, que estamos em casa. E, certamente os trabalhos fluirão com muita tranquilidade, muita transparência e muito proveito em relação às deliberações que tomaremos no dia de hoje.

Eu peço de imediato ao Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho, que faça uma verificação do quórum, ao mesmo tempo em que informou que estão abertas as inscrições para a tribuna livre onde todos os interessados poderão fazer manifestações mais tarde, podendo fazer as inscrições junto à essa secretaria executiva.

Com a palavra o Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho: - Secretário Jonel, fazendo a verificação do quórum, lembramos que são 25 membros que fazem parte do conselho, registramos nesse momento apenas ausência dos representantes: da Secretária Indústria e Comércio – SEIM, e do representante da Prefeitura de Morretes. Registramos, a presença de 23 membros do Conselho do Litoral, aproveitando para reiterar o agradecimento da presença de todos.

45 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Nós submetemos
46 à apreciação dos Senhores Conselheiros, a Ata da 61ª Reunião Ordinária realizada no
47 Município de Antonina e indago aos Srs. Conselheiros que receberam uma cópia da
48 Ata e, portanto tiveram oportunidade de fazer sua leitura se há necessidade de nós
49 fazermos novamente a leitura da Ata. Pedindo aos Conselheiros que discordarem, por
50 favor, que se manifestem. Não havendo manifestações então fica entendido que não
51 há necessidade de refazer a leitura da Ata da 61ª Reunião Ordinária.

52 Eu coloco agora em regime de discussão o texto da ata da 61ª Reunião Ordinária.
53 Não havendo manifestações eu coloco em regime de votação. Os Senhores
54 Conselheiros que aprovam o texto apresentado permaneçam como estão, os que
55 discordam que se manifestem. Não havendo manifestações eu declaro aprovada a ata
56 da 61ª reunião ordinária do COLIT. Passamos de imediato para a ordem do dia sendo
57 que o primeiro item o tema (Complementação dos Planos Diretores aprovados de
58 Paranaguá e Guaraqueçaba) e solicito ao Secretário executivo para que possa conduzir
59 essa etapa da reunião.

60 Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho: - Faço um
61 breve relato dos estágios dos projetos dos Planos Diretores. Iniciando com o município
62 de Paranaguá que teve seu plano de Diretor aprovado na 59ª Reunião do Conselho do
63 Litoral que ocorreu em dezembro de 2010. A relatora desse processo foi a Secretaria
64 de Desenvolvimento Urbano e, em 2011, na 60ª reunião, realizada em Guaratuba, foi
65 dado um prazo de 180 dias para que o município se manifestasse sobre a lei de
66 operação urbana. Foram sugeridas ciclovias, ciclo faixas, manual de conduta dos
67 ciclistas, bem como o atendimento às recomendações quanto à lei do código de
68 postura. Passo a palavra agora para ao Representante do Município de Paranaguá.

69 Sra. Vânia, arquiteta da Prefeitura de Paranaguá: - Sra. Rita, também arquiteta da
70 secretaria de planejamento, temos algumas colocações do que nos foi solicitado da
71 ultima reunião. Naquela ocasião entregamos uma minuta da lei dos direitos de
72 preempção, que já foi assunto de uma reunião anterior e hoje nós trouxemos, já
73 selecionada, a lei que está sendo utilizada no município, quanto à legislação das
74 operações urbanas consorciadas. Eu vou explicar brevemente o que são, porque é
75 justamente um dos motivos de não termos trazido hoje. Ocorre que o Estatuto das
76 Cidades, uma lei já de 2001, coloca que a participação popular é um dos pilares mais
77 importantes na construção de uma Política Municipal, Estadual e Federal, e a
78 construção dessas políticas passaria por uma ampla discussão pública, o que vem
79 acontecendo, e não é só no município de Paranaguá, no Brasil inteiro a gente vêm
80 participando de vários cursos, e as pessoas do Acre, Rio Grande do Sul, todos têm a
81 mesma concepção e a mesma visão, é que essa participação popular não vem
82 ocorrendo, por mais que a gente chame o que falta é capacitação da população para
83 entender aquilo que se discute - a operação urbana consorciada. Tenho certeza
84 absoluta que 90% das pessoas aqui nessa sala nunca ouviram falar. É um instrumento
85 urbanístico importante para o município, um instrumento que permite que se façam
86 alterações urbanísticas grandes, e que o próprio estatuto coloca que precisa ter muito
87 cuidado na sua aplicação. Vem de critérios de cidades Europeias e Americanas
88 principalmente de cidades Francesas que foram sendo esvaziada por questões de
89 industrializações, e até mesmo de áreas portuárias que foram abandonadas, grandes
90 vazios urbanos, o que não acontece em Paranaguá. Nós não temos essas situações.
91 Segundo: as cidades precisam se desenvolver em parceria com iniciativa privada, a

92 população e o governo local, porém essas parcerias só acontecem quando o investidor
93 tem uma recompensa, e a recompensa da operação urbana consorciada é o potencial
94 construtivo. Não temos nenhuma área em Paranaguá em que investidores têm grande
95 interesse em aumentar o potencial construtivo, aumentar, construir mais andares em
96 prédios. Nossa característica não é altura e não queremos que seja. Estamos partindo
97 hoje para altura de até 4 pavimentos porque estamos com escassez de área,
98 principalmente para a habitação de interesse social, habitação na faixa de renda de 0 a
99 6 salários mínimos, então temos uma fragilidade ambiental grande. Não podemos
100 ocupar muito mais do território do que já ocupamos hoje e por isso temos que subir
101 um pouco. Mas, não temos, em hipóteses alguma, a característica de moradia em
102 altura a operação urbana hoje, não é o nosso imperativo, nosso imperativo é o IPTU,
103 progressivo no tempo. O Plano Diretor de 1985 já previa a operação urbana
104 consorciada. 20, 30 anos depois, estamos vendo uma discussão muito grande na
105 operação urbana Água Branca que vai revitalizar um espaço amplo com shopping,
106 centro comercial, prédios altos, e o investidor tem a moeda de troca com a iniciativa
107 privada e o poder público para que se possa arrecadar o dinheiro e fazer essas grandes
108 obras.

109 Existe outro ponto que se chama Estrutura Técnica, vamos falar do Brasil real,
110 aonde vivemos e, vocês aqui na nossa região vão concordar comigo que as pequenas e
111 médias prefeituras têm uma estrutura técnica muito reduzida. Então, hoje no
112 município de Paranaguá eu estou trabalhando a operação urbana consorciada, e é uma
113 responsabilidade muito grande. Tenho certeza de que todos os municípios do litoral
114 não sabem se têm uma equipe do tamanho da nossa. Nós temos hoje a maior equipe
115 que já houve no município, equipe técnica de todas as áreas do sistema CREA e do
116 KARL. Então, agora temos muito profissionais, mas as demandas são tão grandes tão
117 imperiosas e tão urgentes que hoje no município só eu trabalho com operação urbana
118 consorciada. Então vejam, nesses 180 dias ou mais, nós não paramos, nós
119 continuamos, nós temos feito reuniões, viagem a outras cidades, temos buscado a
120 legislação, muitos têm nos ajudado com legislações de outros municípios, mas nós
121 fomos ver a realidade, e eu nesse momento estou fazendo um curso de gestão de
122 políticas públicas, política municipal, habitação urbana e a ideia geral é que ela ainda
123 não funcionou a contento, por todos os motivos que especifiquei. Então vejam, eu
124 continuo trabalhando e a prefeitura de Paranaguá e o Prefeito têm apoiando bastante
125 o nosso trabalho de pesquisa. O nosso trabalho de discussão com os companheiros
126 próximos pra daí levarmos para a população e aí chegarmos a eleger quais são as áreas
127 da cidade que realmente necessitam e que tem potencial para que o investidor chegue
128 até nós. Sem isso não vamos cumprir tabela, não vamos pegar uma receita de bolo e
129 dizer: "olha em Paranaguá tem uma Lei de Operação Urbana" então realmente nós
130 não vamos estabelecer mais prazos, não gostaríamos de estabelecer mais prazos para
131 a apresentação só que nós estamos comprometendo aqui a palavra do Sr. Prefeito, da
132 sua representante de toda a equipe técnica. Nós queremos um instrumento que a
133 população entenda que a população se aproprie, que é ver implementado no
134 município e, a escolha dessas áreas feitas pela população a partir de uma capacitação .

135 Sra. Rita, arquiteta da Prefeitura de Paranaguá: - Referente ao Plano Diretor de
136 Paranaguá, das calçadas, nós fizemos um estudo da lei de mata nativa onde tem o
137 padrão de determinadas áreas e, em específico o patrimônio histórico. Área portuária
138 e área de desenvolvimento econômico não entram, por que são projetos específicos.

139 Referente ao restante, seria uma área livre, de faixa livre 1,20m de largura sem
140 obstáculos, a faixa de serviço que tem que ser no mínimo 80cm, e uma faixa de acesso,
141 onde tem um aumento de edificação. Passando ao estudo, tem os materiais
142 especificados de cada faixa da circulação que seria um tipo de piso concreto, grama ou
143 lajota, tendo qual o tipo de piso, qual o tipo de vegetação, e referente à Secretaria do
144 Meio Ambiente, especifica o tipo de piso que é piso livre, área livre a área de serviços.
145 Está nessa fase o estudo das calçadas. Em resposta ao plano ciclo viário do município
146 foi contratada uma empresa para fazer o estudo viário que está estudando todo o
147 sistema de binário, e eles estão trabalhando com as ciclovias também. Foram
148 apresentadas as plantas aqui para estudos, mas não foi decidido ainda aonde vão ser
149 feitas as ciclovias do município, mas está em fase de diagnóstico, que foi apresentado
150 nas propostas e tem que ser feito em um projeto executivo para isso. Também foi
151 contratado um engenheiro Paulo Maluceli pra fazer o estudo de 3 binários em nosso
152 município. A partir daí vai definir um estudo de demanda, se há necessidade dessas
153 ciclovias. Em relação à conduta do ciclista está sendo feito um projeto, estudo de lei,
154 que também está sendo entregue com criação do conselho municipal de ciclismo que
155 também se responsabiliza em estudar os projetos.

156 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Agradeço a
157 participação dos técnicos do município de Paranaguá que fizeram a apresentação dos
158 itens exigidos na complementação dos Planos Diretores de Paranaguá. Eu solicitaria ao
159 representante da SEDU, que é o relator do Plano Diretor de Paranaguá o conselheiro
160 Sr. Carlos Storer, para que fizesse algumas observações sobre o estágio em que se
161 situa o Plano Diretor de Paranaguá e as complementações.

162 Sr. Carlos Storer, SEDU: - A SEDU, na sua relatoria apenas alertou o município de
163 Paranaguá no sentido de que fosse implementado tudo aquilo que o próprio Plano
164 Diretor estava prevendo, então essas solicitações ainda em estudos em relação a
165 ciclovias, à outorga onerosa e aos demais instrumentos do Estatuto das Cidades. Estão
166 previstos no Plano Diretor, só ainda não havia sido implementado, até porque o Plano
167 Diretor de Paranaguá não tinha sido aprovado pelo conselho pleno do COLIT. Isso só
168 veio a acontecer no mês de dezembro de 2010. Então de 2010 para cá a equipe da
169 Prefeitura de Paranaguá, voltou a estudar o plano no sentido de complementá-lo,
170 regulamentá-lo conforme as próprias leis, próprios instrumentos legais que o Plano
171 Diretor estava prevendo. Essa é situação, e nós vamos procurar acompanhar o
172 desenvolvimento e colaborar no que for possível. A equipe da SEDU/Paranacidade está
173 a disposição do município para fazer este acompanhamento e colaborar no processo de
174 implementação e de regulamentação.

175 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Na realidade,
176 mediante a apresentação do técnico do município de Paranaguá, ficou uma dúvida
177 porque nós havíamos acordado um prazo de 180 dias ainda que as argumentações
178 apresentadas sejam pertinentes em relação ao conhecimento da população. A
179 participação da população, a questão de alguns problemas relacionados à equipe, mas
180 era importante o município ter esse compromisso, ter esse comprometimento de no
181 menor espaço de tempo, na realidade, dar cumprimento a todas as complementações
182 necessárias do Plano Diretor de Paranaguá. Na sequência, convido o representante de
183 Guaraqueçaba para que possa também fazer suas considerações.

184 Zulmara Maganhotto, Desenhista Industrial e Secretária de Planejamentos e
185 Projetos do Município de Guaraqueçaba: - Eu acredito que primeiro a relatora da

186 Secretaria de Cultura deve falar sobre as sugestões que eles tinham para encaminhar
187 ao município, após eu me pronuncio.

188 Rosina Parchen, arquiteta coordenadora do Patrimônio Cultural, suplente do
189 Secretário de Estado da Cultura, Sr. Paulino Viapiana: - Boa tarde! Nós recebemos em
190 novembro, encaminhado pelo COLIT, um ofício da prefeitura municipal de
191 Guaraqueçaba assinado pela Sra. Zulmara Maganhotto onde ela diz que o Conselho
192 Municipal de Desenvolvimento Integrado de Guaraqueçaba vem através dessa,
193 informar decisões quanto às sugestões da Secretaria Estadual da Cultura e COLIT,
194 sobre as duas leis que a princípio ficaram de ser atendidas pelo município. Conforme a
195 reunião do dia 26 de agosto de 2011 ficou aprovado, na lei do plano, a alteração do
196 parágrafo único do artigo 51 ficando assim escrito: Parágrafo único - lei municipal
197 específica considera estímulos fiscais para o patrimônio particular onde incidir
198 preservação ambiental e cultural. A segunda lei pendente requer uma alteração lei do
199 Macrozoneamento parágrafo do único do artigo quarto. Parágrafo único - fica
200 estabelecida a zona especial de interesse social em toda a extensão da zona de
201 ocupação visando a promoção da regularização fundiária onde resultam a relocação,
202 remoção da população e a devida remoção dos imóveis irregulares quando avaliado
203 como necessário pelo órgão responsável, a mudança seria na palavra irregulares para
204 em situação de risco pois o Conselho avaliou que a palavra irregulares tornariam
205 vulneráveis as pessoas que já moram há centenas de anos em algumas áreas
206 consideradas irregulares pelos órgãos ambientais, os quais já possuem leis Federais e
207 Estaduais referentes a isso, pois os municípios são considerados totalmente uma APA.
208 A principal atividade do município é a pesca, e os pescadores por motivos de
209 necessidades sempre construíram sua casas próximas ao mar e aos rios pelas
210 sensibilidade de suas embarcações de pesca, sendo assim julgamos a necessidade da
211 troca desses termos.

212 Esse documento nos foi encaminhado pelo Sr. Marco Ziliotto em 31 de outubro
213 de 2010 chegando às nossas mãos em novembro, e temos então informação datada do
214 dia 16 de maio assinada pelo geógrafo e bacharel em direito da Coordenadoria do
215 Patrimônio Cultural, Sr. Almir Pontes Filho e a informação 46 de 2012 da
216 Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretária de Estado da Cultura, é referente
217 às sugestões propostas pela Secretaria em 2007, visando complementação e ou
218 correção de pontos controvertidos constantes no Plano Diretor Integrado de
219 Guaraqueçaba. E diz o seguinte: A presente informação refere-se ao pedido do
220 Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado de Guaraqueçaba para reformular
221 a redação sugerida, Secretaria, Coordenação de Patrimônio Cultural constante da
222 informação 41 de 1º de junho de 2011, referentes ao parágrafo único do artigo 4º da
223 lei municipal 060 de 2009, macrozoneamento do município constante do Plano Diretor
224 de Desenvolvimento Integrado de Guaraqueçaba, cuja redação se subscreve abaixo,
225 informação 41 de 2011, a sugestão da Secretaria da Cultura dirigida ao § 4º do artigo
226 4º do capítulo 1º das disposições gerais da lei de macrozoneamento lei municipal
227 60/2009 de "incluir previsão de remoção dos imóveis" não foi atendida, portanto
228 sugere-se alterar o parágrafo único da referida disposição legal adotando a seguinte
229 redação incluindo assim a sugestão supra: Parágrafo único - fica estabelecida a zona
230 especial de interesse social em toda a extensão da zona de ocupação visando
231 promoção da regularização fundiária onde resultará relocação/remoção da população
232 e a devida remoção dos imóveis irregulares quando avaliado pelo órgão responsável.

233 Conforme o ofício 71/2011 da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba o Conselho
234 Municipal de Desenvolvimento Integrado de Guaraqueçaba, propõe a mudança da
235 palavra irregulares para em situações de risco, pois o Conselho avalia que a palavra
236 irregular tornaria vulneráveis as pessoas que já moram a centenas de anos em algumas
237 áreas consideradas irregulares pelos órgãos ambientais. Dentro de uma nova
238 perspectiva, e considerando que a decisão de realocar pessoas e ou remover
239 edificações deverá ser objeto de estudos mais aprimorados sobre cada localidade e
240 ocorrências específicas. Admite-se que o fórum mais adequado para essa situação é
241 elaboração de instrumento jurídico municipal, calcado em estudos interdisciplinares
242 voltados a zonas especiais de interesse social indicando parâmetros e critérios de ação.
243 Desta forma a primeira questão a ser ressaltada refizesse a importância das zonas
244 especiais existentes no município de Guaraqueçaba principalmente as questões
245 históricas, culturais e ambientais a elas inerentes. Com base na Constituição Federal de
246 1988 e no Estatuto das Cidades, lei federal 10.257/2001, o instrumento da zona
247 especial de interesse social tem objetivo de regularizar as áreas ocupadas onde o
248 processo de ocupação ocorreu sem observância das normas urbanísticas, bem como
249 em áreas vazias destinadas para habitações de interesse social. As zonas de ocupação
250 das localidades indicadas no artigo 3º da lei municipal 060 2009 Barra dos Peragui
251 Raza, Ponta do Lanço, Almeida e Peças, ora consideradas como ZEIS (Zonas Especiais
252 de Interesse Social), no parágrafo único do artigo 4º das mesmas, dispositivas legais
253 sujeitas a parâmetros urbanísticos especiais tendo como base aspectos históricos,
254 culturais, sócio econômico e ambiental, visando respeito à forma de ocupação da
255 comunidade. Portanto, se proponha a redução da alteração da redação do parágrafo
256 único do artigo 4º enaltecendo a importância da categoria ZEIS e suas principais
257 finalidades. Assim sendo fim do parágrafo único, fica estabelecido as Zonas Especiais
258 de Interesse Social em toda a extensão da zona de ocupação visando a promoção da
259 regularização fundiária, urbanização das áreas ocupadas, o estabelecimento de normas
260 especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, a produção de
261 habitações de interesses social incluindo a recuperação de moveis degradados a
262 provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, e serviço e comércios
263 de caráter local. Todavia, para que se estabeleça um rigor no cumprimento do
264 instrumento legislativo, faz-se necessário que o teor contido no capítulo 4º do Plano
265 Diretor das Zonas Especiais de Interesse Social seja posto em prática, especialmente
266 estudos e análises que visem a elaboração de critérios para a formulação de lei
267 municipal específica relacionada às Zonas Especiais de Interesse Social, incluindo a
268 proposta hora feita para a zona de ocupação da lei de macrozoneamento. Sugere-se,
269 para tanto, que o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense
270 condicione um prazo para que o Conselho Municipal De Desenvolvimento Integrado de
271 Guaraqueçaba elabore tal instrumento legislativo, Curitiba 16 de maio de 2012, Sr.
272 Almir Pontes Filho.

273 Sr. Marco Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho: - Eu passo a palavra então
274 para a representante de Guaraqueçaba.

275 Zulmara Maganhotto, Desenhista Industrial e Secretária de Planejamentos e
276 Projetos do Município de Guaraqueçaba: - Nós recebemos essa sugestão da Secretaria
277 da Cultura ontem através do Sr. Almir Pontes Filho então, nós vamos encaminhar ao
278 Conselho Municipal e à Câmara de Vereadores para a alteração desse texto. Eu
279 acredito que não vá ter impedimento algum, de forma que houve as alterações que

280 nós pedimos. O município sabe da importância da demarcação dessas Zonas Especiais
281 de Interesse Social não só para a população, mas também para o próprio município,
282 para estar recebendo verbas Federais e Estaduais também, e o único pedido e
283 preocupação do município é da mesma forma como a arquiteta Sra. Vânia de
284 Paranaguá colocou. A realidade do nosso município é em questões de técnicos muito
285 precária, então a gente pediria que se fosse estabelecido um prazo para serem
286 realizadas essas demarcações das ZEEIS, nos deem, como sugestão do professor
287 Ricardo, uns 2 anos de prazo para estar levantando isso.

288 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Em relação a
289 prazos, primeiro há de se entender que o Conselho do Litoral está presente, muito
290 mais junto aos municípios no sentido de colaborar, de ajudar, do que penalizar. Então
291 o espírito nosso é de colaboração. Por outro lado nós temos situações que quase vão
292 ao nível de emergência de serem resolvidas e o Plano Diretor é um instrumento
293 fundamental no desenvolvimento de cada município. Como é o caso do litoral pela
294 interligação e pelas características de toda bacia litorânea e de suas fragilidades
295 ambientais e vimos aí no ano passado um evento severo acontecendo de
296 deslizamentos, as chuvas acima da média então, é importante que a gente tome as
297 ações e leve adiante. Inclusive, nós colocamos a estrutura do governo, agora falando
298 na condição de Secretário para dar o apoio aos municípios, nós podemos também
299 fazer uma estreita colaboração até no sentido de suprir algumas carências que o
300 município tem, principalmente no conhecimento técnico, isso vale também para o
301 município de Paranaguá porque nós tínhamos um prazo estabelecido de 180 dias,
302 passou de 180 dias e a gente não teve uma definição completa, ainda que os trabalhos
303 estejam em andamento então eu vou propor aos senhores conselheiros que ao invés
304 de o Conselho propor um prazo, o município faça um pleito formal do que considera o
305 prazo exequível, aí remete a secretaria do Conselho. A secretaria faz uma análise,
306 conversa com a própria relatoria que acompanhou a elaboração e a complementação
307 do Plano Diretor, para que se avalie exequibilidade de que esse prazo está pertinente
308 ou não. O município não pode perder de vista a necessidade de quanto antes puder
309 resolver, que tem um pacto direto relacionado à sua própria população, então eu
310 submeto aos conselheiros por que nós fizemos uma proposta da relatoria no sentido
311 de nós fixarmos o prazo, então eu submeto a prestação de todos os senhores
312 conselheiros a uma nova modalidade que o município faça o encaminhamento da
313 solicitação, vale para Paranaguá e vale para Guaraqueçaba, em relação as suas
314 complementações. Antes de eu colocar em regime de votação a composição eu passo
315 a palavra à conselheira e representante do município de Paranaguá.

316 Sra. Joseane Baka, Suplente do Prefeito e Secretária do Meio Ambiente do
317 Município de Paranaguá: - Sim, foi imperativa a questão das datas o que as
318 considerações são bem pertinentes porque à medida que se precise definir é que a
319 gente vai harmonizando as dificuldades e de repente cabe para o município aquela
320 questão ou não, e o município de Paranaguá tem se preocupado muito em discutir
321 amplamente as questões levadas às audiências públicas, porque nós estamos sendo
322 questionados quase que semanalmente pelo Ministério Público. Aí fica muito difícil
323 para eles também colocarem as dificuldades sobre o Ministério Público. O que nós
324 poderíamos considerar é que ao invés do município realmente colocar uma data, ele
325 colocar um cronograma de ação, para que também aqui alguns representantes do
326 Estado pudessem nos colocar, nos auxiliar como ferramentas em algumas questões.

327 Eu acho que aí nós poderíamos ter até uma redução no prazo para se chegar ao
328 objetivo final.

329 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Na realidade, as
330 coisas são complementares porque você estabelecendo ele vai estar atrelado a um
331 cronograma. Esse cronograma vai ter um final, um final das etapas de execução, então
332 vai modificar um pouquinho a proposição complementando com a sua no sentido de
333 que o município propõe na realidade o cronograma e o prazo no cronograma de ações
334 e um prazo máximo. Evidentemente que sujeito a correções mediante a realidade
335 fática e do dia a dia do que vai se suceder na complementação desses planos.

336 Sra. Joseane Baka, Suplente do Prefeito e Secretária do Meio Ambiente do
337 Município de Paranaguá: - Na questão só intervinda algumas dificuldades por isso que
338 eu não coloquei o prazo final do cronograma porque em alguns pontos pode haver a
339 necessidade de uma parceria realmente e aí, ele se estabelecendo como o Estado
340 poderia nos auxiliar. A gente definiria a data final, então nesse cronograma a gente
341 poderia indicar em algumas fases a necessidade inclusive de parceria para fechar
342 alguns estudos mais elaborados e definiríamos a data final, não sei se existe essa
343 possibilidade.

344 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Veja, em
345 qualquer situação é importante a gente ter uma data mesmo que tenha que fazer
346 algum ajuste então eu entendo que você não vai apresentar o prazo, de imediato você
347 vai montar esse cronograma a Prefeitura vai montar esse cronograma e vai propor um
348 prazo que seja exequível na visão da Prefeitura e aí submete ao Conselho, delibera
349 sujeito obviamente predição da secretaria dos conselheiros na próxima reunião, então
350 fica a mesma situação para o município de Guaraqueçaba também. Então, por
351 gentileza conselheira Sr.^a Claudia.

352 Sra. Ana Claudia Bento Graf, Representante da Procuradoria Geral do Estado: - Eu
353 gostaria de fazer uma sugestão. Eu concordo com a posição do secretário no sentido
354 de que o município apresente uma data fática ou um cronograma. Também é bastante
355 interessante a sua sugestão, mas como aqui no parecer da Secretaria da Cultura há
356 menção à necessidade de uma lei municipal específica relacionada às ZEIS, talvez essa
357 proposta do município pudesse vir com um cronograma e com uma apresentação
358 talvez de minutas, porque depois de todo o esforço que o município fizer para que o
359 conselho acompanhe de certa forma os estudos que serão necessários, os
360 levantamentos Então, se for o caso de fazer um cronograma, o município apresente
361 não só a data mas os avanços que tem obtido nessa área para que depois de 2 anos ou
362 1 ano que o Conselho não venha dizer: "ah não, não está certo assim!", para poupar o
363 esforço do município também.

364 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Eu acho que com
365 as sugestões vêm acrescentar, vem melhorar a proposição anterior e até porque as
366 esferas do governo também podem se antecipar no sentido de colaboração em relação
367 a esse detalhamento, por isso esse detalhamento é muito importante, então eu coloco
368 agora em regime de votação, de apreciação dos senhores conselheiros contrariamente
369 a uma recomendação da relatoria da Secretaria da Cultura no caso específico de
370 Guaraqueçaba, mas também já extensivo à Paranaguá de que o Conselho, de imediato
371 fixasse o prazo de modificar esse posicionamento e dizendo que os 2 municípios
372 apresentem o cronograma detalhado de ações e um prazo final de atividades em que
373 se mostrem nessa proposição pros municípios a exequibilidade dessas ações, e aí nós

374 faremos a apreciação dos dois prazos de cada um dos municípios. Então, eu coloco em
375 regime de votação essa proposição solicitando os conselheiros que aprovem
376 permaneçam como estão e os que desaprovem que se manifestem. Com a palavra
377 conselheira Viviane.

378 Conselheira Viviane Rauta, Eng. Florestal do IAP, representante do SINDISEAB: -
379 Eu só gostaria de saber secretário, como que fica essa questão do prazo de 180 dias
380 para eles apresentarem o cronograma. Ou nós podemos diminuir esse prazo de 180
381 dias? São seis meses para ele apresentar essa proposta?

382 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Não. Para a
383 apresentação da sua proposta de cronograma relatório de atividades e mais o prazo 30
384 dias para o encaminhamento. Mas aí propondo um prazo para terminar a
385 complementação do Plano Diretor que eles considerem razoável.

386 Conselheira Viviane Rauta, Eng. Florestal do IAP, representante do SINDISEAB: - A
387 minha duvida de que não tinha ficado bem claro se o primeiro prazo de 30 dias para
388 eles apresentarem esse cronograma inicialmente com esse trabalho proposto pela Dra
389 Ana Claudia, e ai possivelmente apresentar ao final.

390 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Então eu
391 considero aprovado por todos os Srs. Conselheiros essa proposição. Temos mais
392 alguém?

393 Sr. Jurandir, Suplente do Porto de Paranaguá: - Eu só pediria um esclarecimento
394 porque na apresentação da Prefeitura eles tão discutindo a autorização ou não, das
395 operações consorciadas. O Diretor da SEDU explicou que isso consta no Plano Diretor,
396 então eu acho que seria bom explicar para todos se isso vai ser discutido e retirado do
397 plano ou se vai ser o cronograma aplicação do que foi sugerido, porque pelo o que eu
398 entendi do relatório isso consta na rede do Plano Diretor, então eu acho que seria bom
399 antes de definir o cronograma se a discussão para a retirada disso do plano ou será a
400 regulamentação do item?

401 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Não, na verdade
402 ele é implementação de complementação de normas que estão faltando no Plano
403 Diretor. Não é uma simples retirada.

404 Sra. Joseane Baka, Suplente do Prefeito e secretária do Meio Ambiente do
405 município de Paranaguá: - E seria possível a indicação de qual secretaria e quem
406 poderia ser o técnico que nos auxiliaria em caso de duvidas mais específica, para que a
407 gente possa ter esse cronograma cravado em 30 dias?

408 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Sem dúvida, a
409 Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

410 Sra. Joseane Baka, Suplente do Prefeito e Secretária do Meio Ambiente do
411 município de Paranaguá: - E alguém em específico que a gente pudesse colocar na ata?

412 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - É, nós podemos
413 já deixar registrado aqui o conselheiro histórico como sendo uma pessoa que poderia
414 acatar ou fazer a interlocução do município de Paranaguá ou até mesmo de
415 Guaraqueçaba. Então finalizando e concluindo pela observação, aprovada por todos os
416 Srs. Conselheiros essa proposição.

417 Encerrado o item 5º, eu só lembro a todos os presentes aqui o porquê da
418 extensão dessas discussões sobre o Plano Diretor. O Paraná vive um momento especial
419 de desenvolvimento. Os municípios também, com crescimentos previstos para os
420 próximos anos. Extraordinários, diferentes, em função dos investimentos que estão

421 chegando ao Paraná em um momento fundamental da consolidação dos planos
422 diretores.

423 Vamos agora ao item 6 de nossa pauta que é apresentação das propostas de
424 revisão dos Planos Diretores dos demais municípios do litoral ou seja, os municípios de
425 Matinhos, Morretes, Antonina, Guaratuba e Pontal do Paraná, e damos início pelo
426 município de Matinhos.

427 Sr. Michel, arquiteto urbanista, Diretor Geral do Município de Matinhos: -
428 Primeiramente boa tarde a todos, aos conselheiros da mesa presentes. Na verdade a
429 gente constituiu uma comissão, porque em 2006 foi aprovado no município um Plano
430 Diretor original e no Conselho do Litoral houve algumas alterações que eu vou explicar
431 agora o porquê. Nosso Conselho é composto por várias pessoas de várias áreas do
432 município, e eu vim esclarecer o porquê que o Plano Diretor não está homologado
433 hoje, só porque a grande maioria nem está sabendo. O Plano Diretor que foi elaborado
434 em 2006 não foi aprovado pelo Conselho e nem pelo Paranacidade, porque na sua
435 elaboração foram feitas propostas que influenciariam o zoneamento e uso do solo.
436 Essas propostas foram contra o disposto no decreto estadual 2722 de 1984, que é o
437 que rege o município até hoje, então com esse confronto com certeza eles não
438 puderam aceitar e homologar. Tivemos reunião com o Conselho e o Paranacidade para
439 propor uma revisão do decreto 2722 que é um decreto estadual. Essas alterações no
440 zoneamento do município de Matinhos passam pelas alterações do decreto e, como já
441 foi nosso plano original, foi indicado uma mudança no decreto original então para
442 complementar a necessidade de se alterar o zoneamento hoje, como Paranaguá
443 propôs. Nossa demarcação do território está se estreitando, pois a maior parte do
444 município já está se consolidando. A população fixa em Matinho apontada pelo IBGE
445 em 2010 está em 30 mil habitantes mais ou menos, em 2004 que foi um dos princípios
446 que foi pego para a elaboração do Plano Diretor de 2006 é de 24 mil então, a gente
447 percebe um aumento de 20% de habitantes dentro do município. Só que de 2010 para
448 cá a gente percebe, acredita que o IBGE tenha errado no seu parecer quando ao
449 levantamento, por alguns dados levantados no decreto de 2006. Os dados que foram
450 usados pelo Estado para analisar nosso município naquela questão era defasado,
451 muitos eram da década de 80. Baseada nisso a Prefeitura vai contratar agora, uma
452 empresa para atualizar nossos dados socioeconômicos no município, para poder ter
453 uma elaboração de uma mudança no decreto baseado em estatísticas reais. A gente
454 tem uma estatística dos cinco últimos anos que foram emitidos pelo prefeito, uma
455 média anual de 250 alvarás para a construções novas. Considerando isso, então nos
456 próximos 5 anos, se ele continuar esse aumento nós vamos ter pelo menos 1.250
457 novas edificações, aumentando assim a ocupação do solo. Existe atualmente uma
458 demanda reprimida enorme, e a gente conhece aqueles que vivem aqui. Tanto que
459 grandes investimentos como o SESC, que está aqui presente, analisando a estrutura
460 hoje, num valor de investimento de 35 milhões aproximadamente trouxeram ótimos
461 resultados para a localização com as vagas disponibilizadas para hospedagem e
462 recreação, mas na temporada se esgotaram rapidamente A gente vê com isso que o
463 município tem um potencial grande de receber o turista, mas tem uma limitação
464 enorme com questões tanto de edificações, porque a gente não tem nenhum *resort*,
465 nada. O Plano Diretor, com as propostas que foram aceitas talvez abrisse algum tipo de
466 expansão para esse tipo de empreendimento, vagas em hotéis, a gente tem muito
467 poucos hotéis, mais são pousadas, então a gente propõe que na região de Caiobá, que

468 é a região com mais densidade demográfica do município a criação de uma zona
469 estrutural de Caiobá que é uma região mais consolidada da cidade, onde existem
470 muitos prédios e grandes áreas estão ocupadas por associações, que na verdade elas
471 ocupam quadras, como o SESC. Um exemplo é a associação da Caixa Econômica. Isso
472 diminui a quantidade de lotes, de locais para uma densidade maior. Acreditamos que
473 esse empreendimento, que é para 30 pavimentos, que empreendimento desse
474 tamanho modificaria pouco a densidade de Caiobá. Realmente, principalmente em
475 relação à questão do licenciamento por nós, foi preciso otimizar os poucos locais ainda
476 disponíveis para tentar atrair novos investimentos na área da construção, em serviços
477 e até outros segmentos do comércio, apesar de propormos para Caiobá e o balneário
478 que você vai ver mais a frente, possibilidade de construções de grandes edifícios.
479 Entendemos que isso deve ser regido conscientemente por uma lei de códigos e
480 posturas muito rígida, com regras claras de distanciamento entre edifícios,
481 sombreamentos, recursos mínimos com objetivo de abrir mais espaço para recreação
482 e lazer, além disso propomos estações de tratamento que hoje em dia em São Paulo é
483 muito usada de esgoto é particular para os empreendimentos acima de 10 mil metros
484 e construção de cisternas quando houver impermeabilização do solo acima de 50
485 extensões do terreno, a gente tem que se unir porque é uma proposta do município de
486 Matinhos com os outros municípios litorâneos que fazem nossa divisa que aqui é
487 Pontal do Paraná e Guaratuba. A nossa proposta para a faixa dos R7 é que hoje já
488 consistem no R7 tanto no decreto quanto no Plano Diretor é que ela sofra algumas
489 alterações. Hoje ela varia de 0 a 10 pavimentos dos R7, tem suas limitações mas a
490 nossa proposta é que os edifícios que vão até 7 pavimentos tenham um ganho de 2
491 pavimentos para estacionamentos que é um dos grandes problemas hoje, não só no
492 litoral como no Brasil, e também que possa absorver um espaço para a introdução de
493 área comercial no seu térreo, que hoje a lei praticamente anula. Essa faixa que ela
494 ocupa da Rua Bandeirante até a JK que são vias de arteriais do município, a proposta é
495 que seja para 30 pavimentos sendo obrigatória a implantação de salas comerciais em
496 algumas vias arteriais que é a JK, Maringá, Rua Bandeirante e Paraná, e com ganho
497 também de 2 pisos para estacionamento nisso tudo a gente pensa talvez em escalonar
498 essa área. Muita gente vai pensar no sombreamento da praia e tudo mais, claro que a
499 gente pensa nisso também, ninguém veio aqui sem pensar nessas questões, mas a
500 situação de Caiobá é a seguinte: ali a demarcação é praticamente 200 metros da
501 Avenida Atlântida. Num prédio, se for feito o estudo técnico para a sua implantação,
502 acredito que não vai influenciar no sombreamento da praia na sua execução. Ao fundo
503 temos o bairro chamado de Tabuleiro, a proposta nas RCI contempla de 0 a 6
504 pavimentos a ideia, sendo obrigatória a implantação de áreas comerciais na Avenida
505 Paraná com grande pavimento, vocês veem em que a gente pega essa parte do
506 pavimento para estacionamento por que é uma deficiência grande hoje em todo o
507 município, e a gente está tentando incorporar para evitar o máximo do problema.
508 Nessa faixa seria o R6, a gente tem um limitador na zona ambiental ao fundo então a
509 verdade é que esse bairro não vai crescer mais do que isso, essa localização aqui é uma
510 localização central não no centro hoje de Matinhos mas é centralizada no município,
511 ela fica próxima à Avenida Curitiba. Na rotatória que todo mundo conhece, a proposta
512 é o R10 que chega até 10 pavimentos sendo obrigatória a implantação de salas e tudo
513 mais, conforme os outros itens. Essa é uma das áreas que é ocupada por moradores de
514 Matinhos realmente. Balneário Flamingo aqui já é uma demarcação de outros

515 zoneamentos, toda a faixa da rotatória até a divisa de Pontal, que é a Praia de Leste.
516 Essa é a faixa da Avenida Atlântica até a Avenida Paranaguá. Ela consiste em uma ideia
517 de possibilidade de avançar para 30 pavimentos com recuo mínimo de 100, a gente
518 ainda não definiu bem, 100 a 200 metros da Avenida Beira Mar. Sendo que
519 empreendimentos que implementarem salas comerciais em arteriais, nas avenidas
520 principais, tem um ganho de 2 pavimentos no estacionamento.

521 Essa é uma proposta um pouco mais arrojada. Na verdade, hoje a gente tem um
522 estudo, respeitando é claro as zonas de APP que são áreas de preservação ambiental e
523 permanente, e podendo se estender até 5 km, mas o importante é que terão ganhado
524 dois pavimentos e estacionamentos. Também a proposta de Matinhos é um
525 pouquinho arrojada, mas eu acredito que a partir daqui vai ser mais 30 anos para a sua
526 alteração.

527 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Agradecemos a
528 apresentação do município de Matinhos e eu vou fazer um comentário obviamente
529 como observador. Estou muito preocupado com a questão do adensamento, com a
530 possibilidade de você fazer uma ocupação no nível muito maior que hoje a legislação
531 permite, e obviamente que eu vou entender, porque são pessoas que moram aqui no
532 município de Matinhos, conhecem os seus problemas, mas têm essas outras variáveis
533 que têm que ser melhoradas, inclusive a qualidade de vida das pessoas que moram
534 aqui na região de Matinhos e um grande adensamento que pode ocorrer. Vamos supor
535 que uma proposta como essas seja aprovada na sua totalidade, isso e significaria uma
536 população que poderia ser acrescida de 100 mil ate 170 mil pessoas, e todas as
537 pessoas ocupando a Orla. E, só pra colocar que tem outras variáveis que tem que ser
538 estudadas. Por outro lado, e também pela condição de presidente do Conselho eu
539 entendo que é chegada a hora de um olhar sobre essa legislação, de haver uma revisão
540 desta legislação, também eu tenho essa compreensão de que talvez algum dos
541 parâmetros estabelecidos lá no decreto 2722 e outras normas possam ser revistos com
542 uma perspectiva de 2012 e até porque nós temos impedimentos legais no
543 desenvolvimento, ou na aprovação de Planos Diretores que tem um conflito direto
544 com a legislação vigente. Então é possível sim a criação de um grupo de estudos do
545 âmbito do próprio Estado. O COLIT poderia fazer essa provocação em outras esferas, a
546 Secretaria do Planejamento, a própria SEDU para que fizesse uma força tarefa
547 obviamente mediante uma provocação dos municípios desde que haja um consenso
548 dessa legislação poder ser objeto de uma revisão dentro de um critério técnico, e que
549 todas as variáveis pudessem ser apreciadas, não só a questão do adensamento em si,
550 mas também principalmente na qualidade de vida das pessoas que ficariam sujeitas
551 mediante uma alteração tão drástica como é a proposta apresentada aqui de uma
552 grande possibilidade de adensamento. Bom, feita essa primeira apresentação do
553 município de Matinhos, apresentaremos agora o município de Guaratuba.

554 O Sr. Natanael Fanini, Secretario de Urbanismo de Guaratuba: - Boa tarde a
555 todos. Aproveitando a oportunidade, o problema que tem em Guaratuba, o nosso
556 Plano Diretor que já foi aprovado em 2005 na câmara de vereadores mais ainda não
557 foi aprovado junto ao COLIT e a nossa ideia é aprovar junto ao COLIT, até vou me
558 permitir fazer um gancho com a exposição que Matinhos fez. Esse decreto lei 2722 de
559 1984, na época ele se fazia necessário, na época nós não tínhamos o esgotamento
560 sanitário que fosse compatível com concentrações urbanas. O nosso lençol freático é
561 muito ativo e não teríamos como escoar isso. Nossa composição de proposição

562 ambiental da população urbana prevista na lei 11. 428 22/2008 vêm como uma
563 resolução conjunta do IBAMA, SEMA e IAP. Nossos loteamentos antecedem essa lei,
564 mas temos os loteamentos aprovados, mas não temos as liberações ambientais e
565 queremos fazer essas liberações ambientais através dessas compensações ambientais
566 para que possamos regularizar esses loteamentos que estão sendo implantados.

567 Das restrições ambientais só 1,46% está dentro dessa ocupação e ressalta-se
568 nesta meta horizontal com baixo coeficiente de aproveitamento de solo com o
569 crescimento expressivo na última década, surge a necessidade de atenção da demanda
570 gerada aqui, a ocupação seja o espaço físico do território em construção e novas
571 residências. Nós fizemos alguns levantamentos: Nós tivemos em dois anos, o aumento
572 em alvarás em metro quadrado de 5%. É uma expansão realmente preocupante,
573 porque nós estamos cerceados geograficamente, sabemos que estamos dentro da
574 Mata Atlântica, então queremos dentro da lei da normalidade fazer algumas
575 compensações ambientais, para que possamos fazer algum loteamento. Que sejam
576 liberados que os estão semi-implantados, e também que possamos construir uma zona
577 industrial, pois estamos entre portos, temos várias indústrias que são compatíveis com
578 o nosso município que não impacta com a APA. São indústrias não poluentes como
579 confecções etc... Então precisamos resolver o nosso problema de expansão urbana e
580 criar indústrias, por que temos uma ociosidade de mão-de-obra muito grande, temos
581 só a ocupação em pesca e construção civil. Isso é preocupante, o nosso grande
582 problema hoje, as invasões irregulares, por que o cidadão que comprou um lote
583 através de um projeto aprovado na prefeitura, que na época 1954/1960 o loteamento
584 era aprovado na prefeitura o cidadão comprava pagava para quem vendeu e saia o
585 IPTU e a prefeitura continua cobrando, mas não se poderia construir, não poderia dar
586 o alvará a essas pessoas para construir, mas o invasor não precisa disso, então o que
587 acontece hoje: temos um gráfico que fizemos baseado no relatório das autorizações de
588 luz, de 25 anuências, temos 17 ligações em posses, e 8 ligações onde a pessoa tem a
589 matrícula, resumindo, o município tem o ônus grande, social nesta situação que esse
590 povo todo precisa de escolas, precisa de creches, precisa de hospitais, precisa de tudo
591 isso e em contrapartida o que acontece, esse povo invade principalmente a vegetação.
592 Então essas invasões, temos algumas fotos áreas que mostram que hoje em dia 40%
593 da população de Guaratuba não tem registro de imóvel, é invasão e isso é preocupante
594 porque a prefeitura não pode fazer nada nestas regiões que estão com essas
595 liberações ambientais, não pode dar um alvará e todo o invasor se apossa disso, vai
596 entrar constrói e não existe forma de resolver isso aí. Temos também o relatório de
597 água, que também se juntou ao nosso relatório de luz, comprovando isso os locais
598 ocupados por essa população se alastram de maneira que só temos uma solução para
599 isso, legalizar algumas áreas, até para inclusive fazer um assentamento fundiário de
600 350 famílias que temos em situação de risco, e com essa área urbana limitada
601 geograficamente pelo Oceano Atlântico há um conflito com o nosso perímetro urbano,
602 então, para finalizar, o nosso interesse é fazer algumas compensações ambientais
603 Nosso Plano Diretor, nossa reformulação para fazer uma expansão urbana dentro da
604 lei e podemos corrigir o que existe nas nossas invasões no nosso município, temos
605 primeiramente que resolver essa situação, para depois pensarmos em fazer as outras
606 reformulações que são pertinentes ao nosso Plano Diretor, com zoneamento e etc. por
607 que estamos hoje realmente cerceados, estamos entre o Oceano, a baía e as
608 limitações ambientais, nós temos moeda de troca, está previsto em lei e vamos

609 encaminhar esse ofício na semana entrante, vamos encaminhar para o Sr. Guilherme,
610 já com essas exposições, já anexando inclusive todas essas documentações pertinentes
611 para que possamos fazer todas essas compensações. Para iniciarmos qualquer coisa
612 temos que fazer essas compensações, muito obrigado.

613 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Agradecemos as
614 contribuições apresentadas aqui pelo município de Guaratuba e em seguida passamos
615 ao município de Pontal .

616 Sr. Rudisney Gimenes, Prefeito de Pontal do Paraná: - Boa tarde a todos. Vou
617 fazer um relato do nosso Plano Diretor. Quando assumimos, em 2004 tínhamos um
618 Plano Diretor feito pelo município em parceria com a SEDU, que não era combatível
619 com a nossa realidade, a BR teria seis pistas, tinham coisas que eram impossíveis por
620 ser um ônus grande para o município. Fizemos então um novo Plano Diretor em 2007,
621 inclusive teve um período que o Governo do Estado exigia, para poder captar recursos,
622 que fosse entregue o Plano Diretor, e o nosso foi entregue dentro do prazo, e passou
623 mais de um ano e não foi analisado pela SEDU, e no final de 2008 nós aprovamos o
624 Plano Diretor no legislativo do município, e não foi referendado pela SEDU e isso vem
625 se passando. Com as alterações novas que o município tem, uma nova perspectiva do
626 pré-sal, do porto, então a realidade pode ser outra, então foi feito, em parceria, um
627 novo estudo e uma nova proposta na qual se adequava o pré-sal e esse novo plano foi
628 também protocolado na SEDU para que fosse estudado, e é o que está lá. Foi avaliado
629 nessa ultima reunião do COLIT que tivemos em Antonina, ficou que lá era uma zona
630 portuária, que iria ter um estudo do Governo do Estado, da zona de expansão e que
631 seria discutida também com o município essa parte de expansão do nosso Plano
632 Diretor, e ate agora nós não conseguimos resolver essa área de expansão, não tivemos
633 sequência da área de expansão. Foram encaminhadas para nós algumas partes para que
634 fôssemos vendo a parte de legislação, alguma complementação para o que,
635 nomeamos uma equipe que está fazendo essa parte. Agora nós ficamos muito
636 amarrados em termos de integração com os outros municípios, e essa parte de zona
637 de expansão. O Estado tem uma preocupação com o porto e com a zona industrial e a
638 gente tem que fazer um plano adequado, e agora inclusive com os comentários aqui, a
639 Josiane (Paranaguá), comentou sobre o decreto 2722 que o Secretário disse que estão
640 sendo estudadas algumas alterações e ela fez uma sugestão importante, para que nas
641 próximas reuniões nós já possamos fazer adequações, porque o decreto é antigo e tem
642 muitas restrições, que hoje teriam que ser alteradas, então se a gente já tivesse isso e
643 a sugestão nossa é que já tenha uma participação direta da secretaria. Nos municípios
644 falta técnicos, falta a capacidade para poder concluir esse Plano Diretor, nosso desejo
645 é ter um Plano Diretor aprovado para que o município siga, acho que tem que ser visto
646 isso para ter uma parceria mais concreta tecnicamente e poder solucionar os
647 problemas com a secretaria. Obrigado.

648 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Agradeço a
649 intervenção do prefeito Gimenes comentando então sobre o Plano Diretor de Pontal
650 do Paraná. A respeito do caso que o senhor levanta eu gostaria de fazer um
651 comentário que também se aplica aos demais municípios: quando nos chegamos à
652 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e obviamente por força de legislação ao COLIT,
653 deparamos com a ausência de instrumentos de planejamento para o Estado do Paraná
654 e especialmente para a bacia litorânea. O caso de Pontal é um caso emblemático,
655 como é emblemático o caso de Guaratuba, que apresenta agora uma perspectiva em

656 relação a conflitos com a unidade de conservação existente no município e que é o
657 mesmo caso de Pontal, no entanto nós temos uma realidade fática, nós temos uma
658 pressão muito grande para o desenvolvimento econômico da bacia litorânea, sendo
659 que hoje apenas 17% do território da bacia litorânea seriam áreas passíveis de
660 ocupação e desenvolvimento e 83% praticamente são áreas destinadas à conservação
661 e várias categorias que nós temos catalogadas no Sistema Nacional de Minérios e
662 Unidades de Conservação. Então esse é um desafio muito grande para todos nós e
663 você conciliar desenvolvimento com meio ambiente não é uma tarefa nada fácil, todos
664 nós aqui sabemos deste grande desafio, buscar o ponto de equilíbrio e nada melhor
665 que buscar esse ponto de equilíbrio via a boa técnica, evidente que as decisões
666 políticas são fundamentais, mas também, as decisões políticas serão mais acertadas
667 quando construídas em cima de uma orientação técnica adequada e é o que nós
668 estamos fazendo neste momento, o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do
669 Paraná que deveria ter sido feito a partir de 2002/2003 e concluído até 2005/2006, ele
670 não saiu do papel ele foi iniciado em 2003 e paralisado e nós retomamos o
671 Zoneamento Ecológico Econômico do estado no ano passado e resolvemos priorizar a
672 bacia litorânea por que há pressão na bacia litorânea em um todo, ou seja toda a orla
673 no Estado do Paraná. Enfim todos os ambientes que nós temos aqui no nível do mar
674 estão bastante pressionados por vários motivos, desde ocupação urbana,
675 desenvolvimento, crescimento das áreas de praias dos balneários como também na
676 região de Antonina, Morreste, Pontal, Paranaguá na questão portuária, devido à
677 questão do pré-sal, alguns podem entender como grande oportunidade, outros como
678 um problema, mas o fato é que o Estado do Paraná tem alguns potenciais ainda não
679 explorados, como é o caso de Pontal do Paraná que tem lá a possibilidade legal que a
680 gente chama de maior Porto do Brasil hoje com quase 7 km de cais. Não estou dizendo
681 que isso venha a acontecer, nem que deva acontecer, a minha observação aqui é
682 meramente descritiva dos cenários a partir do momento que o Zoneamento Ecológico
683 Econômico seja concluído, e nós já temos agora uma indicativa bastante positiva de
684 uma ampliação das áreas de expansão baseado na boa técnica no caso do município
685 de Pontal que vai ter lá muitos hectares no seu território passível de poder ser
686 ocupado por atividades de desenvolvimento, claro que com regras e sujeito a
687 licenciamento. Estou falando ainda em tese, porque esse estudo ainda não foi
688 concluído e terá que ser submetido às audiências públicas e à homologação, enfim à
689 consolidação, para depois a gente ter condições de liberar essas áreas, que tem um
690 rebatimento direto no Plano Diretor de Pontal, então esse instrumento Zoneamento
691 Ecológico Econômico é um instrumento de planejamento muito interessante que ele
692 estuda todas as variáveis, não é apenas uma variável, por exemplo, de
693 desenvolvimento econômico. Referente à apresentação de Guaratuba, a perspectiva
694 de desenvolvimento, toda a argumentação está bastante positiva, agora todos nós
695 aqui do Litoral precisamos colocar assim com clareza, o que o município quer e para
696 onde que vai e que limite que existe para esse desenvolvimento? Tenhamos todos nós
697 em mente que há uma capacidade de limite para qualquer coisa inclusive de ocupação
698 urbana. Vai chegar um momento que eu não sei o qual, em que o município precisa
699 adensar, que o município que se adensar de forma exagerada vai virar um caos, as
700 pessoas que vem para cá no sentido do laser, no sentido do veraneio, não vão querer
701 mais vir por que estão indo para um caos urbano, teriam que pedir licença para chegar
702 ao mar, tudo uma questão de perspectiva existe um limite para o desenvolvimento,

703 existe o que a gente chama hoje de capacidade de suporte, todo ambiente natural tem
704 uma capacidade de suporte máximo, onde as pessoas terão conforto, terão
705 tranquilidade mental, terão uma condição de qualidade de vida naquele ambiente,
706 então nós não podemos perder esse ponto de vista também, senão acontece que
707 estamos desenvolvendo, mas a um ponto que vai virar um situação caótica, e boa
708 técnica pode auxiliar a todos os gestores. Eu compreendo a preocupação do Sr.
709 Prefeito, do vereadores, da necessidade de resolver as situações de risco, tudo isso a
710 gente tem a compreensão, e a melhor forma de encarar isso é através do Zoneamento
711 Ecológico Econômico e também das revisões dos Planos Diretores. Eu não tenho
712 nenhum tipo de constrangimento e até vou propor mais a frente no final de nossa
713 reunião, uma criação temática em que a questão dos decretos que estão vigentes
714 possam ser revistos, mas dentro dos critérios, todas as variáveis não são só
715 adensamento, e propor uma legislação mais atual, mediante a realidade atual que a
716 gente vive, que é exatamente o que a gente está fazendo lá no Zoneamento Ecológico
717 Econômico, olhando o cenário atual do Paraná e o cenário dos próximos 20, 30 anos,
718 mas não podemos perder a qualidade de vida, senão a nossas praias terão uma outra
719 destinação, aí sim vai virar um parque industrial de ponta a ponta, não que eu seja
720 contra as indústrias, mas tem uma outra finalidade e obviamente nós temos uma
721 perspectiva dos moradores, e temos perspectiva daqueles que tem propriedade aqui e
722 que não residem aqui e que também têm que participar deste processo para onde a
723 gente vai caminhar.

724 Sr. Carlos Augusto Carolo Silvestre: - Referente ao Plano Diretor de Pontal do
725 Paraná, em 2004 foi elaborado junto com a SEMA, COLIT. A SEDU foi designada a
726 relatora e fez essa relatoria na 44ª reunião do COLIT, que ocorreu em Pontal do Paraná
727 em 29/09/2004 e nessa ocasião o pleno do COLIT aprovou o Plano Diretor de Pontal do
728 Paraná, versão 2004 que foi encaminhado pela Câmara, e a Câmara não aprovou,
729 devolveu para o executivo e é o plano atual que sofreu varias alterações ao longo
730 desses anos, e a SEDU voltou a elaborar uma segunda relatoria apresentando uma
731 série de recomendações, principalmente tendo em vista os dois decretos um já
732 bastante comentado aqui, 2722/84, mas também o decreto 5040/89, e logicamente
733 todas as demais legislações ambientais, e a postura da SEDU/Paranacidade. A
734 SEDU/Paranacidade, trabalha o urbanismo, mas o urbanismo só pode ser desenvolvido
735 a partir das limitações da legislação ambiental e aí a grande parceria
736 SEDU/Paranacidade, SEMA, Secretaria Executiva do Conselho, ITCG, IAP e Instituto das
737 Águas é extremamente importante. Essa articulação entre essa estrutura do estado
738 logicamente conta com a participação das equipes dos municípios no sentido de nos
739 encontrar alternativas de conciliar o desenvolvimento urbano e conservação e
740 preservação e até a recuperação do meio ambiente.

741 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno Iurk: - Bom, eu
742 considero importante a correção da informação, mas dizer que essa parceria tem que
743 ser estreitada cada vez mais para que a gente possa construir realmente esses planos
744 que venham a atender as demandas dos municípios e também essa questão sinérgica
745 entre todos os municípios das bacias litorâneas. Indago o Sr. representante de
746 Antonina, gostaria de se manifestar a respeito do Plano Diretor? Muito Bem, então nós
747 encerramos essa fase de apresentação e agora eu passo a palavra ao Sr. Marcelo e em
748 seguida ao Prof. Ricardo, e também o Sr. Pedro.

749 Sr. Pedro Guimarães, representante das Entidades Ambientais do Conselho do
750 Litoral: - Aproveitando a presença de representantes de Matinhos, Guaratuba, que
751 fizeram petições graves ao aspecto do Conselho do Litoral, eu pediria que não
752 esquecessem nas suas alterações de Plano Diretor, de uma matéria constitucional que
753 é o artigo 13 das disposições transitórias que manda resolver o conflito territorial pode
754 se dizer assim jurídico administrativo causado pela presença da área do Tabaraquara,
755 Rio Alegre e Prainha no município de Guaratuba do outro lado da baía, então isso tem
756 que ser resolvido, tem que ser colocado em pauta, se é plesbício, se é através do
757 Ministério Público Federal, por que não pode continuar essa situação de sombras e a
758 constituição manda que isso possa ser resolvido. Em relação à alteração do decreto
759 2722/84, gostaria que a gente fizesse um stand by, pois estamos à base de uma
760 alteração do código florestal, e forçadamente teremos que fazer a alteração do código
761 2722/84 e o seu 5040/90, então vamos ter que fazer alterações então nós estamos
762 pendurados no “veta Dilma”, então eu acho que a alteração do decreto 2722/84 vai
763 ser imposto pelo novo código florestal e eu acredito que aquela alteração de
764 adensamento do município de Matinhos cabe nessa nova alteração do código florestal,
765 porque atende não só os ruralistas como também a questão imobiliária e pelo que eu li
766 de um dos estudos jurídicos, umas das regiões que mais vão ser impactadas pela nova
767 vigência do código florestal assim como proposto, serão as zonas litorâneas. Esse
768 empreendimento pleiteado de adensamento imobiliário também cabe àquele plano
769 que foi apresentado na industrialização do litoral. O nível de pretensão, eu creio quem
770 está propondo isso para Matinhos pode se juntar a esse grupo, está fazendo essa
771 proposta e esse adensamento de 10 milhões de m² disponível para construção civil
772 acabe naquele plano porque aquele plano contempla uma nova reestruturação
773 logística, e esses novos habitantes neste pleito, terão o sistema viário, enfim... Porque
774 hoje não tem por onde sair de Guaratuba e Matinhos, mas eu creio que a democracia
775 impõe que a gente respeite essas coisas e por último uns dos graves problemas que eu
776 tive com a minha personalidade, a minha pessoa, cidadania, que eu tive aqui em
777 Matinhos foi à questão das invasões, o primeiro grande círculo de invasões em
778 Matinhos, se deu pelos anos 88 e 89 e eu como um menino com o dedo na barragem
779 louco tentei segurar isso, eu alertava a cidade isso ia ser um problema, e eu fico
780 contente de ver hoje os representantes do poder público municipal, reconhecerem
781 que a ocupação irregular do solo, no modelo que foi feito ao longo de 23/24 anos
782 realmente é o problema, e nesse período somos obrigados a fornecer água e luz para
783 as ocupações indisciplinadas e para a minha felicidade eu vi no documento fixado na
784 Prefeitura Municipal de Matinhos exarado pelo Ministério Público da comarca -que é
785 outra vitória ver o Ministério Público da comarca de Matinhos se posicionar diante de
786 uma gravidade de um problema ambiental- dizendo que e para parar de licenciar água
787 e luz sobre pena de aplicação de diversas leis, então hoje os senhores prefeitos têm
788 instrumento para não deixar essa sangria continuar acontecendo. Eu fiquei
789 extremamente feliz de ver o posicionamento vendo a diretora da comarca
790 sancionando esse tipo de instrumento que nós perseguimos há duas décadas. Então,
791 em relação ao nosso Plano Diretor eu continuo dizendo: é melhor ter um Plano Diretor
792 passível de readequação, de discussões, diante do novo código florestal isso causa
793 nosso tempo.

794 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - As considerações
795 estão registradas agradeço a intervenção do conselheiro Pedro Guimarães. Em seguida
796 passo a palavra ao Prof. Ricardo.

797 Sr. Ricardo Rodrigues Monteiro, UFPR Litoral: - Então eu vou começar falando de
798 um tema que é com relação ao Plano Diretor de Matinhos, Guaratuba e Pontal que é o
799 tema da expansão. Então a expansão que acaba se tornando um problema de
800 Guaratuba, um problema para Pontal, e para Matinhos que se projeta sobre as áreas
801 ambientais porque ela está sendo pensada sob a ótica do crescimento sem a ocupação
802 adequada dos vazios urbanos e das propriedades, que não estão cumprindo a função
803 social. Imóveis fechados ou imóveis abandonados ou glebas ociosas, se nós
804 levantarmos todas essas propriedades, que existem do interior dos municípios, do
805 interior das áreas urbanas nós vamos ver que temos o potencial de expansão urbana
806 para 10, 15, 20 ou quem sabe 30 anos sem precisar ampliar um hectare. Em alguns
807 casos a área urbana dos municípios vem necessitando de desenvolvimento então a
808 expansão, quando nós começamos a fazer o Plano Diretor se pergunta para que lado a
809 cidade vai crescer? Vai crescer para o Oeste, Leste, Norte ou para o eu descobri
810 trabalhando oito anos em Chapecó Santa Catarina, eu descobri que a cidade tinha que
811 crescer pra dentro, ela pode crescer pra dentro e pra dentro não é nenhum lugar nas
812 rosas dos ventos que envolva a ampliação sobre tudo sobre as áreas ambientais o que
813 significa crescer para dentro: é crescer prioritariamente aproveitando os vazios
814 urbanos, aproveitando as glebas que não foram urbanizadas fazendo a propriedade
815 que não cumpre a função social. Eu acho que todos os municípios têm condições de
816 fazer esse levantamento e a partir daí com uma boa técnica pra fazer um desenho da
817 expansão urbana que certamente vai ser contemplada, talvez por mais de uma década
818 sem precisar a expansão. A questão do Plano Diretor de Matinhos, eu acho que essa
819 proposta é extremamente preocupante em termos numéricos a verticalização, fiz
820 alguns cálculos, ela pode significar 300 unidades habitacionais por hectare e pode
821 trazer uma densidade que varia de 1200 habitantes a 1800, podendo chegar à
822 sobrecarga na temporada a 2000 ou a 3000 habitantes por hectare, esse numero é
823 absolutamente insustentável. A questão da ventilação formaria uma barreira de
824 ventilação túneis de vento, sombreamento para ambos os lados, então isso
825 comprometeria certamente a qualidade urbana e qualidade ambiental, a qualidade de
826 transito de transporte, a qualidade do estacionamento etc. O curioso é que a
827 densidade construtiva no litoral do Paraná não corresponde à densidade habitacional,
828 o lugar que nós estamos, Caiobá, tem a maior densidade construtiva do litoral,
829 entretanto uma das menores densidades populacionais, porque não é aqui que as
830 pessoas vivem durante a temporada, uma sobrecarga, na maior parte dos meses do
831 ano existe baixa densidade populacional. Os dados do IBGE demonstram que em
832 alguns locais a densidade não chega a 5 ou 6 habitantes por hectare, a maioria não
833 chega a 10, 11, e a media não chega a 10, 15. Esses números demonstram que nós
834 temos um problema sério de qualidade urbana, principalmente pela integração social,
835 quero dizer que qualidade da cidade se faz pelas pessoas e não pelos edifícios e o mais
836 importante na análise urbana da boa técnica é a densidade populacional e não a
837 densidade construtiva e que nós precisamos e um desenvolvimento de território,
838 desenvolvimento territorial não o desenvolvimento da construção civil, então eu acho
839 que a verticalização, ela vai trazer um desenvolvimento da construção civil vai trazer
840 uma grande especulação imobiliária, mas eu acho que isso vai trazer grandes ameaças

841 para o restante da população e para o desenvolvimento dos municípios. Nós temos
842 que trabalhar isso de forma equilibrada, nesse sentido eu resgato o que foi
843 desenvolvido em 2006 pela SEDU/Paranacidade, o Plano Diretor de Matinhos em
844 2006, um plano que conta com amplo diagnóstico, tem uma proposta de
845 macrozoneamento ampla que envolve as questões ambientais dos córregos, morros,
846 um planejamento do sistema viário, um gravame nas zonas especiais de interesse
847 social, uma definição de índice urbanístico coerente e eu acho que é um bom ponto
848 de partida, talvez não seja o perfeito, mas é um bom ponto de partida aquele que foi
849 desenvolvido em 2006 que infelizmente até hoje não está aprovado. O
850 desenvolvimento tem que contemplar com prioridade a questão de equipamentos
851 públicos comunitários, isso tem que entrar como prioridade, os locais de moradia da
852 população, as zonas especiais de interesse social, os vazios urbanos e principalmente,
853 agora sim vou remeter ao estatuto da cidade, o art. 2 do estatuto da cidade § 2. Vou
854 ler pra vocês na integra: - A política urbana tem como objetivo ordenar o plano de
855 desenvolvimento das funções sociais da cidade da propriedade urbana mediante as
856 seguintes diretrizes gerais, gestão democrática por meio da participação da população
857 e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação,
858 execução e acompanhamento de planos, programas e projeto de desenvolvimento
859 urbano, onde entra o Plano do Diretor. Então a pergunta que eu faço aos municípios,
860 de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, se foram feitas audiências publicas, se a
861 população foi convocada, onde as audiências foram feita, como elas foram feitas e
862 como a população participou, então essa é a pergunta que eu faço porque, se não foi
863 feito, para salvaguardar a gestão atual os prefeitos atuais o processo tem que ser
864 refeito porque senão, é colocar em risco a autoridade pública municipal, porque o
865 prefeito incorre em improbidade administrativa se o processo não for feito com a
866 participação da população, e eu acho que a população tem que fazer um desenho
867 cidade, a população tem que participar no projeto de desenho de cidade, que não seja
868 um projeto de cidade para especulação imobiliária ou para os lucros e para o
869 desenvolvimento de uma pequena parcela e que seja um desenvolvimento integrado.

870 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Agradeço a
871 intervenção do Prof. Ricardo passo a palavra à conselheira Sr.ª Viviane.

872 Sra. Viviane Rauta, Eng. Florestal do IAP, Representante do SINDISEAB: -
873 Secretário, quero falar para o senhor que foi muito feliz na sua colocação quando
874 coloca a questão desses municípios verificarem mais variáveis e não tão somente o
875 adensamento populacional, que foi o que eu mais vi aqui. Exceto Pontal, que vai deixar
876 para falar depois, eu não quero fazer um comparativo de Matinhos e Guaratuba
877 rapidamente ate por que conheço mais e estou mais próxima dos dois, e eu moro em
878 Guaratuba além de trabalhar lá, então assim acho que a preocupação que se falou
879 muito do decreto 2722, na verdade não é só esse decreto que regulamenta aqui em
880 baixo temos outra legislação, uma gama de legislação ambiental dentro dos municípios
881 do litoral paranaense. Acho que nós não podemos esquecer que em nenhum
882 momento vi o município fazer só levantamento do crescimento populacional, não vi
883 nenhum município falar das áreas de risco que nós sofremos muito aqui, inclusive, esta
884 semana o pessoal de Guaratuba deve ter sentido o morro Morretes perto da minha
885 casa tremeu, mais de uma pessoa sentiu isso, já foi feito denuncia, ou seja, nós temos
886 área de risco em todos os municípios, aqui em Matinhos também, nós temos que
887 pensar nos recursos naturais com a legislação. Certo que os recursos naturais são

888 impositivos, Guaratuba não é impedida de crescer, porque ela tem baía de um lado,
889 oceano de outro e o parque do outro lado, o parque nunca foi impedido de crescer em
890 Guaratuba, e preocupa como o secretário também disse, em relação à estrutura
891 industrial de Guaratuba. Lógico que a partir do momento que nós tivermos empresas
892 não poluentes, quem não vai querer que ela existisse desde que ela esteja dentro do
893 licenciamento ambiental, não vejo problema algum. Acho mais importante ainda que
894 esses municípios, em nenhum momento falaram das unidades de conservação, que
895 tem dentro do seu município, o que poderia auxiliar, e está trabalhando em conjunto.
896 Matinhos tem o Parque Nacional Saint-Hilaire, tem um pedaço da APA de Guaratuba,
897 tem o Parque Rio Da Onça, em Guaratuba tem a APA, tem o Parque Estadual do
898 Bogaçu e estão vendo isso como impositivo, quando na verdade isso poderia ter, no
899 acréscimo ambiental um valor acrescido no seu município, tem os valores do ICMS
900 ecológico, que todos os municípios do Litoral recebem, o ICMS ecológico, então eu
901 gostaria de lembrarmos sobre isso, as zonas de conflito que nós temos, principalmente
902 na Prainha, Cabaraquara que estão para o lado de cá do Ferry, que Guaratuba não
903 assume porque está do lado de lá, daí Matinhos não assume porque pertence à
904 Guaratuba, mas os votantes lá são de Matinhos, mas o IAP tem que ir para área urbana
905 do município, que na verdade é Matinhos, mas tem que atravessar o Ferryboat, que é
906 só conflito. A questão que eu percebi assim, é que Matinhos quer crescer
907 verticalmente e aí todo mundo e Guaratuba disseram não. Gente, estamos
908 preocupados com a sombra da praia e o assoreamento e tudo que aconteceu, as
909 ressacas, a praia foi engolida, quer dizer todo mundo está preocupado com a sombra
910 da praia se nós nem vamos mais ter faixa de areia se continuar desse jeito, e tudo em
911 função dessa invasão. Quer dizer, ou eu sou uma técnica que estou falando besteira,
912 sabe, então eu acho que nós temos que prestar mais atenção em relação a isso, não
913 adianta eu colocar prédios em todos os lados, enquanto está se comendo a areia, e
914 nós não vamos ter areia para esticar um guarda-sol ou uma esteira e isso me preocupa
915 e também esse aumento populacional, esse adensamento, ele vem todo na carga
916 junto, ou seja ,saneamento básico, infraestrutura, tudo isso tem que acontecer se nem
917 a nossa rede de esgoto hoje está totalmente ligada, ela existe, mas não está
918 totalmente ligada. Mas como é que nós vamos trabalhar com o adensamento
919 populacional, então muito me preocupa, terminando minha fala eu gostaria de
920 agradecer ao prefeito de Pontal, que fez uma excelente colocação, precisa da parte
921 técnica a lei complementar 140, precisa do órgão ambiental, ela não fala competente
922 ela fala habilitado, e eu concordo plenamente com o Sr. enquanto a política caminha
923 separadamente da parte técnica nos vamos ter muitas falhas, muitos buracos que vão
924 ficar sem cobrir, a partir do momento em que todos puderem trabalhar em conjunto, o
925 conhecimento técnico, científico, a comunidade da academia, juntamente com os
926 políticos que tem o poder de mando, aí estará crescendo o nosso litoral, Obrigada!

927 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Muito bem,
928 agradeço a conselheira Viviane, e só pra confirmar nós temos inscritos ainda da
929 conselheira Joseane, a conselheira Ana Claudia, e o presidente do CREA, ok. Então com
930 a palavra a conselheiro Vicente pela ordem de ficha de inscrição.

931 Sr. Vivente Claudino Variani, Diretor do Meio Ambiente de Guaratuba,
932 representante da Prefeita no Conselho: - Eu quero fazer um breve relato porque nós
933 tomamos como parâmetro, a ligação de luz e água, porque ela dá para nós um rumo,
934 um destino, pra que lado que a cidade está crescendo, qual que é o bairro que mais

935 cresce, mais desenvolve no município. Em 2009, quando nós assumimos a prefeitura,
936 essa autorização de água e luz era expedida aleatoriamente, sem um parâmetro de
937 como que nós queríamos que a cidade fosse desenvolvida então nós começamos a
938 observar de lá pra cá que grande parte dessas autorizações ou anuências, eram
939 expedidas em cima de posses e posses novas, posses que eram reabertas no momento
940 com a implantação da regularização fundiária urbana, que o Sr. Prefeito Ivani Justo
941 implantou no município. Houve um avanço nas áreas que estavam ociosas, nessas
942 áreas então quem tinha uma posse, vendia e acabava entrando na outra posse porque
943 houve então o plano de regularização fundiária, e ocasionou então uma grande
944 invasão nessas áreas. Nós observamos isso, então nós começamos limitar as
945 autorizações de luz e água, então não autorizando mais em áreas novas, somente em
946 posses já consideradas como prevê a lei de usucapião e áreas urbanas, são 5 anos de
947 posse então com isso a gente observou todo esse crescimento para onde que estava
948 crescendo nossa cidade, nós vimos que ela estava crescendo justamente em direção à
949 unidade de conservação do Parque Bogaçu, em direção à APA, ela estava crescendo
950 neste sentido então essa é uma medida tomada, para frear essas ocupações
951 irregulares, e agora por ultimo, a prefeita fez então um investimento com mais de 20
952 quilômetros de asfalto, onde passou pelos binários, foram construídos vários binários
953 no município, e ai com isso aconteceu uma valorização desses imóveis. Aconteceu
954 aonde você levou uma estrutura, agora nos vamos ter 17 milhões de investimento na
955 área de esgoto, na área sanitária de Guaratuba e com isso, as pessoas começaram a
956 regularizar as suas áreas e nós observamos então que grande parte, 80% dessas áreas
957 novas sem registro de moveis que não reverte IPTU ao município, aonde deixa de
958 cumprir a função social do imóvel, que uma das funções social do imóvel é a geração
959 de IPTU, então com isso a gente está muito preocupado mesmo é com o avanço da
960 nossa cidade nessas questões, por varias vezes a gente tem muitas reuniões junto com
961 o IAP. O IAP é um parceiro nosso, sempre está junto nessas ocasiões e a gente sempre
962 debate essas questões, sempre conversamos e discutimos sobre a questão a lei da
963 Mata Atlântica 11.428. Nós podemos aprovar o nosso Plano Diretor da maneira que
964 está hoje, mas daí a nossa questão é a 11.428, que é a lei da Mata Atlântica, nós temos
965 que adequar o nosso Plano Diretor na lei da Mata Atlântica, então não é aprovar o
966 Plano Diretor como ele está, é expandindo essas áreas, e sim nós temos que ver essas
967 áreas que estão cobertas pela vegetação estagio secundário avançado, e estagio
968 primário, que a estagio primário a legislação não permite você fazer construção, então
969 diante disso, a gente tem um impasse nessas áreas. A questão ambiental, ela não
970 impede o crescimento do nosso município, mas ela dificulta em função dessa
971 disposição do artigo sexto da 11.428, então nesse sentido é que a gente está
972 elaborando o Plano Diretor, baseado nessas diretrizes da 11.428 e do estatuto da
973 cidade, muito obrigado!

974 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Eu agradeço as
975 contribuições do conselheiro Vicente e passo para a conselheira Joseane.

976 Sra. Joseane Baka, suplente do Prefeito e Secretária do Meio Ambiente do
977 Município de Paranaguá: - Secretário, algumas considerações aqui dos nossos colegas
978 são as seguintes: hoje algumas questões que foram colocadas, aqui no município de
979 Paranaguá não são diferentes. Começam com as invasões, hoje 50% do município é
980 invasão, então muitas vezes nós queremos defender essa áreas de preservação, o
981 município não tem condições, o povo que não tem para onde realmente habitar,

982 porque essas limitações vêm de há muito tempo, nós temos uma demanda reprimida.
983 Não entendo que a verticalização vai ocorrer somente para as áreas de preservação,
984 pode ainda, se bem planejada, nunca falando sem envolver a técnica, ela pode crescer
985 também dentro de áreas consolidadas, nem consigo imaginar um Plano Diretor que
986 esteja sendo discutido aqui, que não tenha sido amplamente discutido de acordo com
987 a lei que diz que você tem que fazer as audiências públicas, que tem que fazer a
988 divulgação, tem que ter tudo isso gravado, listas de presença população, tem que ter
989 participação, então isso pra mim é premissa da discussão a técnica também, mas que
990 nós não podemos mais ficar aqui conversando em cima de lei que existe, que foi vista
991 30 anos atrás. Isso é condição, dentro da técnica, dentro da lei, dentro da preservação
992 com responsabilidade, que eu acho que é isso que todo mundo deseja, equilíbrio,
993 responsabilidade, também a gente fica falando da preservação, que é tão importante e
994 hoje não tem nenhum incentivo para que os municípios consigam fazer essa proteção
995 como e, devido como o nosso colega acabou de citar, que o Ministério Público Federal
996 está proibindo ligação de água e luz, nós temos 4 invasões em Paranaguá que nós
997 fizemos denúncia para todos os órgãos, inclusive para o Ministério Público Estadual,
998 Federal, ninguém se manifesta, ninguém dá autorização para a retirada das famílias, aí
999 30 anos depois que a pessoa já está morando, já está lá, vem e diz que você não pode
1000 autorizar água e luz, aí fica difícil, então aqui eu acho que é um desabafo, e se eu posso
1001 comprovar para o senhor, o Ministério Público Federal e a juíza dizem que não era da
1002 competência deles invasão pra cima de mangue, que é área da União e nós estamos lá
1003 dando entrada em outras esferas. Pra conter essas invasões, esses problemas que, nós
1004 também não queremos, mas que nós temos, que o ICMS ecológico tem que ser maior
1005 porque senão os municípios não conseguem crescer, desenvolver e cuidar. Isso não é o
1006 suficiente hoje para o município conseguir cuidar das áreas de preservação através de
1007 verbas, que você consiga fazer parques e realmente você daí consiga sobreviver deste
1008 cuidado, então isso tudo tem que ser recompensado acho que o litoral precisa desse
1009 zoneamento ecológico econômico feito consolidado o mais rápido possível, por que a
1010 demanda reprimida é muito grande, de muito tempo, acho que eram essas as nossas
1011 considerações.

1012 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno Iurk: - Agradeço as
1013 considerações da conselheira Joseane e passo a conselheira Ana Claudia.

1014 Ana Claudia Bento Graf, representante da Procuradoria Geral do Estado: - Senhor
1015 presidente, escutando as manifestações de prefeitos, dos municípios e todas as
1016 considerações que antecederam, eu considero oportuno, lembrar que apesar de
1017 legítima essa ideia de revisão do decreto 2722, afinal foi editada há muito tempo, a
1018 realidade foi alterada, ou seja, é um pleito legítimo, eu acho importante lembrar que,
1019 apesar do código florestal possivelmente vir a alterar a situação jurídica de grande
1020 parte das áreas dos municípios litorâneos, a lei da Mata Atlântica não tem previsão de
1021 revogação, então existe um artigo que não é sempre lembrado e eu me permito, ler
1022 que diz o seguinte: Os novos empreendimentos que impliquem cortes ou supressão de
1023 vegetação do bioma Mata Atlântica, deverão ser implantados preferencialmente em
1024 áreas substancialmente alteradas ou degradadas. Esse dispositivo ele não tem função
1025 cosmética, ou seja, ele é tão vinculante quanto os outros, significa o que, que os
1026 municípios ou os empreendedores, e mesmo o estatuto ambiental, ou seja, todos os
1027 autores ligados na questão do licenciamento, na autorização de corte de vegetação,
1028 eles se lembrem desse dispositivo. A prioridade tem ser para áreas substancialmente

1029 alteradas degradadas, então isso é só uma questão técnica e uma questão jurídica e o
1030 descobrimento pode gerar responsabilização de todos os relacionados. E outra
1031 questão também que eu acho que é importante lembrar, como se resolve essa
1032 questão, tem tantas frentes para resolver as questões das invasões, mas é preciso, do
1033 meu ponto de vista, ter políticas habitacionais adequadas que deem conta dessa
1034 demanda por habitações populares, essa não é a única solução, mas é muito
1035 importante, existe ocupação porque a pessoa escolheu ocupar a área de preservação,
1036 vai se conter as ocupações irregulares em área de preservação enquanto tiver uma
1037 política habitacional adequada. Só essa contribuição.

1038 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Muito bem
1039 agradecemos as contribuições. Com a palavra o presidente do CREA.

1040 O Sr. Claudimor Lino Faé, engenheiro civil, suplente do Conselho Regional de
1041 Engenharia, Arquitetura e Agronomia: - Estive com os demais aqui, ouvindo os
1042 problemas que foram todos aqui explicados. Observa-se que a maioria deles é comum
1043 a todos os municípios. Embora existam aquelas especiais para cada município não se
1044 pode negar que esses municípios estão engessados, que o aumento populacional vai
1045 vir, quer queira ou quer não queira, e o que nós temos que nos preocupar mais é que
1046 se ele ficou sabendo que ele vem, que venha em uma maneira ordenada porque se
1047 nada for feito, a maneira desordenada, o problema vai ser avolumar. O Plano Diretor é
1048 melhor do que nada e é essa é a grande preocupação, o que eu vejo com as colocações
1049 muito bem colocadas, é que nós temos que ordenar os trabalhos, temos que ter um
1050 lote das ações e esse norte. Começa, no meu ponto de vista, a primeira ação com a
1051 legislação e os decretos, então o meu ponto de vista seria os órgãos do governo que
1052 possam contemplar, colaborar com esse estudo, não só deixar na mão deles que são
1053 técnicos ou democratas, porque não têm o verdadeiro conhecimento dos problemas
1054 dos municípios, então teria que ter nessa condição a participação dos municípios,
1055 aonde essa somatória de ideias iriam dar uma sugestão do que é possível, e o que você
1056 deve fazer nas mudanças das legislações, só sabendo depois das mudança da
1057 legislação, que é como a gente vai saber o que se pode fazer por que, por enquanto a
1058 legislação, do jeito que está, é impossível de se fazer alguma coisa. Eu cito o exemplo
1059 de Guaratuba, aonde o secretário de lá falou contra o aproveitamento das áreas onde
1060 os loteamentos já estão aprovados, mas nós observamos isso, que esses loteamentos
1061 por vezes talvez, não sejam os lugares ideais. Eu tenho o conhecimento do trabalho
1062 com o perito judicial no litoral paranaense, e tenho visto que existe o loteamento onde
1063 os rios estão com seus lotes, junto a uma necessidade de um reestudo aonde talvez
1064 esses rios córregos e riachos, se façam nas suas marginais uma avenida talvez, e essa
1065 área que ali é edificante por ser aprovada antes da lei é um direito adquirido, mas hoje
1066 não é mais permitido que seja trocada por outra área só que essa outra área então,
1067 esta teria que ser analisada onde poderia ser feito esse estudo, e não simplesmente
1068 aproveitar por vezes um loteamento já aprovado que está nas piores condições de ser
1069 utilizado. Existe um estudo, então eu penso que antes de tudo um pré-estudo, com
1070 tudo isso a primeira mudança da legislação em um pré-estudo de cada município, aí
1071 sim uma proposta trazida ao COLIT, para que essa proposta agora possa ser melhor
1072 analisada e aí sim tomadas as decisões. O cuidado que tem que se tomar também é
1073 que em determinados locais aonde se vai abrir um novo loteamento tem que se contar
1074 que vai cair um ônus especial na prefeitura, de infraestrutura, muitas vezes os
1075 loteamentos mais retirados você tem que levar toda a infraestrutura lá, creches,

1076 escolas, asfaltos e etc. Vai criar ônus para o município, muitas vezes que eles vão ter
1077 que arcar num reestudo, numa outra área ou se fazer alguma ação compensatória, já
1078 que vão agredir uma área que está mais perto da infraestrutura que está em melhor
1079 condição de ser povoado em função que ali não se poder fazer nada por uma
1080 legislação, talvez um estudo de uma readequação, de uma criação de um parque ou de
1081 alguma outra coisa, numa outra área. Então, o meu ponto de vista é que se comece
1082 pela legislação, de que se faça um estudo agrupado com todos, e aí sim que cada
1083 município procure readequar um pré-estudo, um pré-projeto para trazer ao COLIT para
1084 ser discutido obrigado.

1085 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Muito bem
1086 agradecemos a contribuição do nosso conselheiro e representante do CREA, e na
1087 realidade eu vou fazer um encaminhamento então de uma proposta de nós criarmos
1088 uma comissão temática constituída por cinco membros, que teria a tarefa de fazer um
1089 estudo desses decretos, dos que têm uma relação direta com a questão do litoral e
1090 principalmente da análise dos Planos Diretores para que no prazo de 120 dias
1091 apresentem sugestões de alteração das legislações em curso que pudesse ser
1092 consolidada no âmbito do COLIT, para que o COLIT daí pudesse fazer uma defesa dessa
1093 alteração. Outro caminho seria os próprios municípios buscarem seus parlamentares,
1094 enfim, outras esferas para que pudessem também atuar nessa direção, mas a partir do
1095 momento que o município dê demandas objetivas, preservadas aquelas considerações
1096 que foram apontadas aqui pelo prof. Ricardo, Pedro, algumas que eu também fiz, de
1097 considerar a conselheira Viviane e considerar outras variáveis, mas é possível sim fazer
1098 um encaminhamento equilibrado de proposta de alteração de legislação e também
1099 vou lembrar as considerações da conselheira Ana Claudia a respeito da lei da Mata
1100 Atlântica que obviamente tem a sua particularidade e aí no prazo de 180 dias nós
1101 poderemos ter posicionamento do Conselho, como todo nos submeteríamos a essa
1102 proposta no âmbito dos conselheiros para nós consolidarmos o que seria uma
1103 proposta oficial do Conselho Do Litoral no sentido de alteração dessas legislações. Se
1104 os Senhores Conselheiros estiverem de acordo, nós poderemos ainda nessa reunião
1105 fazer a indicação de 5 membros do COLIT que comporão essa comissão temática,
1106 sendo um representante nato da esfera estadual um representante nato da esfera
1107 municipal e um membro efetivo, e aí preferencialmente mais dois, ligados aos próprios
1108 municípios que detenham que haja um conhecimento das suas necessidades em
1109 relação aos conflitos dos seus planos diretores com a legislação vigente. A conselheira
1110 Ana Claudia.

1111 Sra. Ana Claudia Bento Graf, representante da Procuradoria Geral do Estado: -
1112 Senhor Presidente durante outra gestão, não me lembro se foi a ultima, essa matéria
1113 já foi objeto de discussão dentro do Estado, ou seja, a partir de algum órgão do Estado,
1114 eu acho que inclusive fiz parte da comissão, mas que não avançou, mas o que eu me
1115 lembro da época é que a SEDU já tinha algumas considerações técnicas a fazer a
1116 respeito do decreto 2722 em alguns municípios, em algumas áreas, não sei se isso
1117 chegou a ser consolidado, mas me parece que esse assunto envolve questões técnicas
1118 bastante complexas, jurídicas. O meu receio é de fazer uma câmara já assim, sem
1119 nenhum estudo prévio pode ser improdutiva, essa comissão da qual eu participei é um
1120 exemplo de trabalho de conjunto que não progrediu, então não sei se não seria
1121 oportuno que talvez os órgãos estaduais envolvidos fizessem uma análise prévia do
1122 ponto de vista técnico e submetessem aos demais integrantes do COLIT e daí fazer de

1123 fato como uma análise inicial e submeter aos demais, eu temo que seja muito
1124 complexo para que em 120 dias isso esteja acordado num câmara temática.

1125 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Veja, eu também
1126 concordo que é um tema bastante complexo, mas nós precisamos desta provocação, e
1127 essa provocação pode ser calibrada mais no desenvolvimento, então o que seria
1128 importante nesse primeiro momento é você ter um espelho do que a sociedade está
1129 pensando hoje, se eu acho do que a sociedade pensa é exequível, é possível, ou faltará
1130 alguma orientação, isso ocorrerá no percurso, mas é importante que o COLIT expresse
1131 e que possa levar às outras instâncias do governo, sejam nas secretárias de estado, ou
1132 seja, no próprio IBGE, Casa Civil, enfim, a Secretária do Planejamento. Uma expressão
1133 do que, no âmbito do COLIT, os conselheiros pensam, que será oriundo desse
1134 pensamento exatamente as necessidades que os municípios apresentam. Não
1135 necessariamente o que será exprimindo aqui será atendido todos nós, sabemos que é
1136 um processo democrático, terá várias instâncias de debate até chegar num possível
1137 decreto do Governador, e quanto mais bem trabalhado essa questão for conjugando o
1138 técnico, e conjugando o político, a gente terá um sucesso melhor para responder e
1139 principalmente resolver o problema dos Planos Diretores porque uma coisa está muito
1140 clara hoje, e dificilmente com os instrumentos que nós temos em mãos hoje, nós
1141 conseguiríamos uma situação de consenso pacífico. Na realidade o que nós temos
1142 hoje, Planos Diretores legitimamente aprovados pelas Câmaras de Vereadores e não
1143 aprovados pelo Conselho e que é uma situação estranha, porque o ideal é que a gente
1144 possa conjugar as duas linhas de aprovação. Você tem razão, mas eu acho que o caso
1145 merece um enfrentamento de todos nós com muita paciência e buscar a evolução.

1146 Hoje, e de pronto nós precisamos deliberar sobre a formação de uma comissão
1147 temática que foi proposta para que faça compilação das demandas dos municípios
1148 relativos à revisão dos seus Planos Diretores e que essa própria comissão possa propor
1149 então, perante o Conselho uma minuta, uma proposta de alteração dos decretos que
1150 regulam hoje a aprovação dos Planos Diretores aqui na região do litoral. Nos
1151 bastidores aqui, conversando nós temos uma proposta inicial de formação dessa
1152 Comissão Temática que chegou à presidência, de que essa comissão obrigatoriamente
1153 pelo regimento, é formada por 5 membros conselheiros do COLIT, garantindo-se a
1154 participação de no mínimo um representante nato da esfera estadual e ai nós
1155 sugerimos que seja o representante da SEDU, que terá o assessoramento também da
1156 SEMA, o membro nato da esfera municipal e um membro efetivo, no membro efetivo
1157 temos um candidato que é o professor Ricardo Rodrigues Monteiro da Universidade
1158 Federal do Paraná, e sobrariam 3 vagas que eu tomo a liberdade de propor que sejam
1159 composta por 3 municípios, sendo que os municípios deveriam fazer um arranjo entre
1160 si e indicar 3 representantes. Vejam, serão conselheiros que estarão integrando essa
1161 comissão temática e essa comissão temática poderá ter o assessoramento técnico de
1162 instituições e outras pessoas para poder subsidiar os seus trabalhos. Então, repetindo
1163 a preposição da presidência, integraria entre os 5 membros, o representante da SEDU,
1164 o representante da Universidade Federal e ficaria aberto a 3 municípios indicarem 3
1165 conselheiros, se houver um consenso entre os município obviamente seria muito
1166 melhor, já que nós temos um número maior de municípios, obviamente que parece
1167 fundamental ter a presença de Guaratuba e Matinhos que apresentaram as maiores
1168 situações de conflitos.

1169 Sr. Fabiano Vicente Elias, vice-prefeito de Paranaguá: - Sugestão. Eu acho que os
1170 municípios poderiam se reunir na AMLIPA e a AMLIPA faz formalmente a comunicação
1171 dos três municípios que participarão da reunião dessa comissão temática, porque é
1172 importante que os prefeitos neste momento discutam essa indicação que é importante
1173 para todos, não só os representantes.

1174 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Veja, na realidade
1175 nós teríamos a missão de resolver na sessão aqui esse caso, nessa sessão, por que o
1176 Conselho volta a se reunir mais a frente e aí a comissão já estaria trabalhando. A sua
1177 sugestão é muito boa, mas nós temos um problema temporal. Condiciona à outra
1178 instituição a indicação então o ideal é que se nós pudéssemos ter esse consenso entre
1179 os municípios presentes aqui nós ganharíamos tempo, mas no sentido de ganhar
1180 tempo, a sua sugestão é bem vinda, mas eu temo que nós possamos perder um espaço
1181 de tempo até ouvirmos a AMLIPA.

1182 Sr. Vivente Claudino Variani, diretor do Meio Ambiente de Guaratuba,
1183 representante da Prefeita no Conselho: - Nesse caso os três municípios que estão
1184 envolvidos diretamente com a elaboração do Plano Diretor acho que deviam fazer
1185 parte dessa comissão.

1186 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Sim, este é o
1187 critério, mas vejam, nós precisamos de três. A sua sugestão é que fosse Pontal,
1188 Matinhos e Guaratuba?

1189 Sr. Fabiano Vicente Elias, vice-prefeito de Paranaguá: - Eu acho que não
1190 secretário, eu acho que Paranaguá, por ser município polo da região e não é uma
1191 discussão que não vai ser exigida especificamente a questão dos Planos Diretores dos
1192 municípios que foram apresentados, mas a maior do que isso, eu acho que não.

1193 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Veja, eu insisto
1194 que o caráter dessa proposição é qual o produto que vai dar dessa comissão, não é que
1195 seja uma minuta que tenha a garantia de ser aprovada, e a condução desses trabalhos
1196 será feita de forma conjunta, realmente pela comissão temática onde nos teremos
1197 uma representação do governo, a representação dos membros efetivos e de três
1198 municípios que apresentarão sugestões de alteração, e obviamente que essas
1199 sugestões terão que emanar de reuniões com todas as áreas jurídicas de todos os
1200 municípios e não é uma questão de liderança de um município ou de um outro, então
1201 é uma coisa muito aberta, e cada município vai ter a sua visão. Como existe um Plano
1202 Diretor já aprovado de Paranaguá e que não teve conflito inicialmente com essa
1203 legislação, como tem o Plano Diretor aprovado de Guaraqueçaba, que também não
1204 aconteceu esse conflito direto, então esses dois municípios estariam na condição
1205 obviamente de sugerir também alterações mediante da nova realidade, mas
1206 predominantemente os conflitos que estão estabelecidos hoje de forma mais direta
1207 são dos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal parcialmente, mas obviamente
1208 ainda está em aberto. E ainda temos Antonina e Morretes, e uma outra situação, a
1209 lógica diz que esses três municípios deveriam estar presentes, eu sinto, por que
1210 gostaria que todos tivessem assentos na comissão temática, mas infelizmente não é
1211 possível, então se houver a concordância do município de Paranaguá nós
1212 encaminharemos então a proposta de compor a comissão temática a SEDU, a
1213 Universidade Federal do Paraná, município de Matinhos, município de Guaratuba e
1214 município de Pontal do Paraná, sem que isso signifique a contribuição continuada de
1215 todos os outros municípios. Até fica sugerido aqui, se caso seja referendada essa

1216 proposição, porque nós temos a possibilidade do assessoramento técnico, nós
1217 podemos construir essa proposta e que será mais tarde analisada na próxima reunião
1218 do COLIT. Para que a gente possa avaliar, nós temos duas instâncias iniciais até
1219 chegarem ao documento final, só sugiro que nós temos que trabalhar rápido por que o
1220 código florestal deve ser decidido até o final do mês, e aí já tem o caminho para que se
1221 iniciem os trabalhos de forma efetiva.

1222 Sr. Fabiano Vicente Elias, vice-prefeito de Paranaguá: - Veja, Paranaguá hoje tem
1223 uma estrutura que pode auxiliar bastante nessa comissão temática e até pela
1224 facilidade com que os técnicos da Prefeitura se puseram a fazer as alterações
1225 necessárias que possa auxiliar sem dúvida nenhuma. Não vejo problema se a comissão,
1226 se o COLIT entende que são necessários os três municípios, que tem problemas no
1227 Plano Diretor façam parte dessa comissão temática, eu vou me impor nessa situação
1228 acho que Paranaguá contribui mais nesse processo então é o município que tem mais
1229 estrutura para fazer isso e para auxiliar nesse plano.

1230 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Veja, é possível
1231 fazer a proposição e eventualmente um dos três municípios que estão com seus Planos
1232 Diretores em revisão abra a mão digamos assim, do acerto direto porque entendo os
1233 senhores que é só uma questão de cumprir o regimento. Eu, por mim colocaria todos
1234 os municípios sem problema eu acho que ganharíamos mais força no grupo de
1235 trabalho de repente alguns dos municípios pode abrir mão e fazer um troca,
1236 simplesmente por que os interesses de todos estarão sendo atendidos, com certeza no
1237 fato de não ter ação oficial não quer dizer que as suas reivindicações não estejam
1238 contempladas.

1239 Sr. Faisal, Secretaria de Estado do Turismo: - É, eu acho Sr. Fabiano, que
1240 independente de quem sejam os três e na lógica de que existe a Associação dos
1241 Municípios, que estes três levassem para dentro da associação que junto com esses
1242 demais parceiros, discutissem o que vai ser apresentado por esse comitê ao COLIT, de
1243 forma de ampliar essa comissão. Três deles levariam então para a AMLIPA e levaria
1244 essa discussão ao nível técnico onde Paranaguá ou seja quem fique ou que não fique
1245 contemplado discuta dentro desse ambiente.

1246 Sra. Joseane Baka, suplente do Prefeito e Secretária do Meio Ambiente do
1247 Município de Paranaguá: - A maioria dos problemas que eles têm são semelhantes
1248 entre eles, então talvez pudesse aí colocar outro município que não tenha essa
1249 realidade específica que a gente viu ali, que é a questão do Plano Diretor a questão da
1250 verticalização, área consolidada ou não consolidada. Muito mais importante que talvez
1251 essa discussão, eu acho que a gente sabe que tem um trabalho que já foi feito pelo
1252 Governo do Estado, algumas críticas em relação a decreto se esse grupo pudesse ter
1253 acesso, a gente ia caminhar mais rápido nessa avaliação. Então, esse estudo que já foi
1254 feito que a gente sabe que envolveu técnicos do Estado, que já foi gasto um tempo,
1255 seria muito proveitoso que ele fosse levado para dentro do comitê para começar a
1256 partir não do zero, mas de um grau um pouco mais avante, só essas duas colocações,
1257 realmente os três municípios tem algo em comum, Paranaguá já é uma realidade
1258 pouco diferente, talvez fosse interessante não vou colocar como impositivo.

1259 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - A sua observação
1260 é muito impertinente de aproveitar o trabalho já executado, como minha proposição é
1261 dentro do consenso então eu vou rever e vamos ter que fazer uma disputa no voto,
1262 então eu vou indagar quais são os municípios que se candidatam a integrar o comitê, a

1263 comissão, Guaratuba está inscrito, Paranaguá está inscrito, Matinhos está inscrito,
1264 Pontal está inscrito. Agora eu preciso consultar o regimento porque nós temos um,
1265 como encaminhar a votação para que um dos municípios seja descartado das
1266 candidaturas. Muito bem, nós vamos encaminhar a votação da seguinte forma: eu vou
1267 submeter ao Conselho a proposição da presidência, ainda que eu possa indagar a
1268 antipatia de Paranaguá, mas eu vou fazer uma composição de geral e se for vitoriosa,
1269 fica automaticamente excluída a participação na comissão, do titular do município de
1270 Paranaguá. Eu vou lembrar que Paranaguá gentilmente ofereceu a participação do seu
1271 corpo técnico reconhecidamente competente para auxiliar no trabalho ainda que essa
1272 colocação possa prejudicar a proposta do presidente. Então nós estaremos colocando
1273 a seguinte proposta ao Conselho: a formação da comissão temática formada pelos
1274 municípios de Pontal, Guaratuba, Matinhos representante da SEDU e representante da
1275 Universidade Federal do Paraná. Coloco em regime de votação. Os conselheiros que
1276 aprovam permaneçam como estão, e os que desaprovam que se manifestem,
1277 lembrando que essa decisão implica automaticamente na não participação do
1278 município de Paranaguá diretamente, que foi candidato também. Então em regime de
1279 votação a presidência propõe a formação da comissão temática que vai analisar os
1280 aspectos legais dos decretos, formada por 5 membros como o regimento prevê o
1281 município de Pontal, Matinhos, o município de Guaratuba, o representante da SEDU e
1282 o representante dos membro efetivos no caso o representante da Universidade
1283 Federal do Paraná, então eu estou colocando em regime de votação. Se for aprovado
1284 pela maioria dos membros, fica definitivamente essa composição resolvida se não for
1285 nós apresentamos uma outra composição. É essa a proposta. Então em regime de
1286 votação os conselheiros que aprovam permaneçam como estão e os que desaprovam
1287 que se manifestem.

1288 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - Mas por que a SEDU, eu
1289 acho que é indispensável, mas porque que não coloca os 4 municípios que estão
1290 interessados?

1291 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Veja, está
1292 garantido pelo regimento a participação de um membro efetivo que compõe a
1293 sociedade civil e foi indicado em consenso o representante da Universidade Federal do
1294 Paraná, esse é um assento garantido. Está garantido um assento do governo no
1295 mínimo, e o governo abriu mão de outras posições, então nós entendemos que o
1296 governo tem que estar participando e uma vaga garantida para os municípios e nós
1297 entendemos que os municípios tem que ter uma representação maior então de
1298 antemão nós já sugerimos. Não tem como ser diferente, não é possível ser 4. Na
1299 verdade a garantia de 1 e esses outros dois a gente já direcionou para os municípios
1300 para entender as particularidades e a demanda.

1301 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - Eu como presidente da
1302 AMLIPA, eu só decidiria, me sinto à vontade para escolher os municípios. Se não fosse
1303 no processo democrático de uma reunião deles para que sejam escolhidos os três, fora
1304 disso eu acho que só se for uma determinação daqui, uma votação mas, pela AMLIPA o
1305 meu voto seria que fosse escolhido democraticamente numa reunião que a gente
1306 poderia fazer com urgência dentro de uma semana e indicar os três municípios.

1307 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Mas prefeito
1308 conselheiro veja, nós estamos num processo democrático.

1309 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - Eu digo democrático
1310 dentro da AMLIPA é eu chegar e dizer vai participar esse município, aquele município.

1311 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno Iurk: - A AMLIPA é outra
1312 instituição que nós respeitamos muito e que tenho certeza que vai prestar um grande
1313 trabalho, um grande acompanhamento a esse processo, então nós temos aqui
1314 maturidade para efetivamente deliberar. Nós não temos condições de postergar essa
1315 decisão, então seguindo o regimento agora não tem jeito não sobra, presidente, em
1316 nenhum espaço a não ser submeter à deliberação vou repetir senhores conselheiros
1317 está em regime de votação a proposta dessa presidência da composição da comissão
1318 temática formada pelo representante da SEDU, pelo representante dos membros
1319 efetivos no caso da Universidade Federal do Paraná o município de Matinhos, Pontal,
1320 Guaratuba os conselheiros que aprovam essa indicação permaneçam como estão e os
1321 que desaprovam que se manifestem, então tivemos um voto contra e os demais
1322 favoráveis está aprovada a comissão, então o voto contrário foi da conselheira Sra.
1323 Josiane do município de Paranaguá. Então, está aprovada aquela comissão que deverá,
1324 portanto iniciar os trabalhos o mais rapidamente possível e naturalmente contando
1325 com o assessoramento da AMLIPA e do próprio município de Paranaguá e também nós
1326 do governo estaremos mobilizados para poder auxiliar na comissão. Dando sequência,
1327 o conselheiro Sr. Faisal, na qualidade também de secretário estadual de turismo, que
1328 tem nos acompanhado em todas as reuniões do COLIT, que demonstra preocupação
1329 na sua secretária de governo e Estado do Paraná na questão do turismo na região do
1330 litoral. A sua presença é emblemática porque mostra o grande interesse que tem pela
1331 região, solicitou uma exceção na nossa pauta de uma apresentação de 10 a 15 minutos
1332 de 4 slides e a distribuição de um material que ele vai fazer na sequência. Então com a
1333 palavra o conselheiro Sr. Faisal.

1334 Sr. Faisal, Secretaria do Estado do Turismo: - Boa tarde a todos e a todas. Em
1335 primeiro lugar eu quero, presidente, elogiar as reuniões do COLIT, que cada vez mais a
1336 gente sente que tem uma presença maciça, inclusive da comunidade, invertendo a
1337 lógica que imperava em governos passados e demonstrando claramente para nós que
1338 o COLIT pode ser o grande articulador e influenciador dos projetos do litoral. Para isso
1339 é preciso que a gente paute as ações do COLIT em agendas positivas e saiamos daquela
1340 lógica de transformar isso aqui num local de lamentações e de tudo não pode. Eu acho
1341 que a troca de postura do nosso presidente quando traz questões de revalidação dos
1342 Planos Diretores a partir da manifestação dos municípios já comprova que esse
1343 caminho está dado. Eu trago algumas informações importantes e trago alguns
1344 elementos para a reflexão dos nossos conselheiros no sentido de trabalhar junto com
1345 as Secretarias de Estado que estão sobre alguns decretos do Governador, Sr. Beto
1346 Richa, e que eventualmente essas ações passem para dentro do COLIT então eu vou
1347 demonstrar o que seria isso.

1348 Muito bem, todos os planos e instrumentos de desenvolvimento do litoral nesse
1349 momento, nós temos lá o decreto de 2.647 de 2011 que estabelece a necessidade do
1350 Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial e Sustentável do Litoral que soma
1351 os Planos Diretores municipais os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado dos
1352 municípios. Esse é um decreto que ainda está sob análise e estudo das secretarias que
1353 compõem o decreto, já tem uma matriz avançada no seio do Governo do Estado mas
1354 ainda não é de conhecimento pleno do Conselho e de toda a população do litoral,
1355 temos o decreto 7.750 de 2010 que prevê a aprovação do Zoneamento Ecológico

1356 Econômico do litoral, que também está em estágio avançado, já prestes a uma possível
1357 aprovação, que nós temos debatido inclusive dentro do COLIT. Esse é um detalhe
1358 muito importante para conhecimento de vocês que depois de onze anos no Estado do
1359 Paraná conseguiu aprovar no Ministério de Turismo os Planos de Desenvolvimento
1360 Sustentável Integrado do Turismo de 32 municípios do Estado do Paraná, sendo que
1361 sete deles são do litoral paranaense, esse é o instrumento que hoje nós colocamos
1362 dentro do programa de infraestrutura do Ministério do Turismo e é um elemento
1363 básico para a negociação de um financiamento de 120 milhões que nós estamos
1364 pleiteando, que sem esses estudos era impossível dar prosseguimento. Eu vou falar um
1365 pouquinho mais dele no final na hora que eu entregar para os nossos prefeitos.

1366 Temos a necessidade premente de um plano de ornamento náutico do litoral. É
1367 importante fazer uma observação de ofício ao presidente. Quando nós abrimos nossas
1368 planilhas ou nossas estratégias de desenvolvimento nós olhamos para a rodovia, para
1369 a ferrovia, para o porto, para área de transporte e tantas outras mais o elemento água
1370 nunca foi objeto de desenvolvimento ou de um estudo estratégico para o
1371 desenvolvimento do litoral. Eu acho que a hora passada de nós termos um estudo
1372 pleno de ornamento náutico que consiga mostrar o aproveitamento de todo esse
1373 potencial, não só da costa paranaense como também da baía de Guaratuba e das baías
1374 de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba inclusive no aspecto futuro de ligação do
1375 litoral sul de São Paulo ou com o litoral de Santa Catarina e prove a possibilidade de
1376 desenvolvimento focados nas maiores e melhores aspirações da população do litoral,
1377 da população do Paraná em relação ao litoral e evidentemente dos projetos macro
1378 econômicos que o Governo do Estado do Paraná tem apresentado, que a gente tem
1379 plena consciência que traz grandes benefícios para o Estado e para a região, mas que
1380 não podem ser trabalhados sem a lógica do primeiro e segundo ponto, ou seja, o
1381 cidadão e sua vocação do litoral, o cidadão do Paraná em relação ao território de lazer
1382 e entretenimento e evidentemente, dos grandes interesses do Estado na área
1383 econômica. Caminha também para aprovação a elaboração do projeto Navega Paraná
1384 que traz pra dentro disso tudo todos os elementos do potencial náutico e um acordo
1385 de cooperação Paraná e Secretária dos Portos e Presidência da Republica. Está sendo
1386 construído neste momento junto com a Secretária de Portos e que prevê uma série de
1387 ações no Porto de Paranaguá. Ele vem de frente para a comunidade uma série de
1388 ações onde gargalos importantes e históricos do ponto de vista da população vão ser
1389 tratados no entendimento, que o Porto de Paranaguá é sim um grande aliado da
1390 população e não seja visto de costa ou como um problema para o litoral e finalmente a
1391 lei 1603709 que é Uso e Ocupação do Solo da Ilha do Mel, que nós sabemos, uma vez
1392 aprovada essa lei em vigência, essa nova lei ela dará amparo para desenvolvimento de
1393 outras regiões ou de preservação no litoral do Paraná e não se resume simplesmente a
1394 questão da Ilha Do Mel. O organismo e estrutura de gestão estratégica integrada, o
1395 COLIT que tradicionalmente vinha sendo visto como um grande entrave para o litoral
1396 do Paraná, ele assume outra lógica e isso a gente percebe a cada reunião que acontece
1397 no COLIT, a presença maciça das secretarias de estado e de todos os organismos e
1398 inclusive da população como essa amostra hoje, que além de ser um órgão de decisão
1399 colegiado e responsável pelo disciplinamento do uso e ocupação do solo ele desponta
1400 neste governo como um grande articulador e integrador dos projetos de ações para o
1401 desenvolvimento do litoral, quer dizer, ele só cumprirá esse papel se nós formos
1402 capazes de construir essa nova dinâmica para que o COLIT realmente se preste a isso

1403 porque senão, eu seria a favor de que ele não deveria existir, ou ele é um instrumento
1404 de desenvolvimento do litoral e é entendido assim por todos nós, ou é melhor que ele
1405 não exista a despeito da imagem que imperava no COLIT anteriormente em anos
1406 passados então, todas as vezes que eu me dirijo a pessoas que não participam das
1407 reuniões atualmente, lideranças, quando a gente fala em COLIT eles tremem na base,
1408 querem sair correndo da sala ou tudo mais, e não é assim, e vocês todos os presentes
1409 podem testemunhar que a lógica hoje é outra, então é muito importante que a gente
1410 trabalhe numa agenda positiva. Efetivamente olhe para o futuro entendendo que a
1411 responsabilidade é de todos nós e não só do Governo do Estado, não só do município
1412 ou das organizações que fazem parte desse conselho, na lógica do turismo a ADETUR
1413 Litoral é uma instância de governança reconhecida nacionalmente, está dentro do
1414 processo de regionalização do turismo, ele merece nossa gestão estratégica o
1415 fortalecimento da instituição assim como as dez instancias de governança das dez
1416 regiões turísticas do Paraná como merece. Então há uma situação muito positiva no
1417 fortalecimento e na construção na valorização da ADETUR, porque ela traz como
1418 gestores principais os empresários, os municípios e academia, estão como
1419 colaboradores para que ela se desenvolva, para que o turismo se desenvolva no
1420 mercado. O governo não administra centro de eventos, não pilota avião, não tem hotel
1421 e não administra hotel, então se o empresário que tem conhecimento do seu setor
1422 puder pautar desenvolvimento da região turística e nós do setor público podemos
1423 acompanhar para que cada vez ele tenha maior sucesso na sua atividade. Nós vamos
1424 cumprir nosso papel então aí vem o papel importante da DETUR, que igual a instância
1425 da governança tem que ser reconhecidas. A SEDU já reconheceu as instância de
1426 governança do Estado do Paraná e agora nós estamos propondo uma readequação da
1427 instância de governança pra que o Governador Beto Richa, no prazo de um ano
1428 reconheça as instância de governança pra que elas possam realmente exercer o papel
1429 de planejamento e reestruturação política nas dez regiões políticas do estado.

1430 O GT Náutico do Paraná, ele foi criado em consonância com o GT Náutico Brasileiro
1431 tem por promover estudos e medidas de fomentos no turismo náutico no estado e
1432 contribuir com a construção de políticas de uso e ocupação da costa, baías, rios e
1433 barragens e regulamentar transporte aquaviário no Paraná, estabelecer vínculo entre
1434 Município, Estado e União, de fomentar o investimento público e privado e de
1435 consolidar o projeto Navega Paraná.

1436 É muito importante senhores, que vocês tenham em conta fragmentada, nós não
1437 vamos a lugar nenhum, nós queremos instrumentos válidos tanto de integração
1438 institucional como de planejamento para o litoral do Paraná, considerando todas as
1439 suas potencialidades e riquezas e não trabalhamos só na lógica dos problemas que nós
1440 temos hoje. O litoral do Paraná é muito pequeno e tem um atraso de desenvolvimento
1441 muito grande que eu acho que nós podemos compensar agora todo esse cuidado e
1442 preservação ambiental, hoje nos traz o litoral como o melhor potencial de turismo do
1443 litoral do Brasil , mas é necessário que nós entendamos como é que essa dinâmica
1444 deve funcionar e atuarmos de forma estratégica pra não destruir esse patrimônio e aí
1445 a gente critica a própria casa da gente. Não é que há uma superproteção a medidas, às
1446 vezes do próprio governo no sentido de permitir que certas coisas aconteçam.

1447 No Porto de Paranaguá nós temos em andamento então, o convenio do Paraná e
1448 municípios que estão na beira da baía ou do mar e a APA e a Secretaria dos Portos da
1449 Presidência da Republica, olhando para uma ação de construção de desvio dos

1450 caminhões na BR-277 do terminal de passageiros do Centro Vocacional Tecnológico do
1451 Porto, do centro de recepções de visitantes, do museu, de estaleiros pra construção de
1452 embarcações pequenas e médias, de turismo, de esporte e de passeio, do palácio da
1453 alfândega, entre outros. O terminal de passageiro, o porto de Paranaguá já se
1454 comprometeu a fazer o estudo do EVTE. É o estudo que é necessário para que possa
1455 existir o terminal de passageiros, junto com o município de Paranaguá nós
1456 conquistamos um recurso pra elaboração do projeto do terminal de passageiros e
1457 estamos trabalhando em conjunto, prefeitura de Paranaguá, Ecoparaná e ITCG, a
1458 própria APA evidentemente e também consultores externos para poder nos auxiliar
1459 para ter um termo de referência que realmente permita que a gente tenha um projeto
1460 para poder trazer capital privado para construir essa estrutura, o plano de
1461 ordenamento náutico que é extremamente necessário pra saber o que e onde se
1462 podem instalar marinas públicas e tapetes públicos, centros de entretenimentos a
1463 beira de estudo, quem sabe futuros resorts, desenvolver o potencial também de
1464 fabricação de embarcações, isso tudo vai ser apontado para o estudo náutico e aí os
1465 demais assuntos também foram tocados hoje, com o porto e são cuidados até
1466 inclusive a realização do festival de turismo do litoral que é o importante mobilizador
1467 das forças privadas onde comprador e vendedor se encontram, onde a academia
1468 trabalha pela estruturação do destino e aonde o setor público também vê respostas
1469 pra poder atuar no fortalecimento dessa região turística tão importante. Finalmente
1470 eu queria aproveitar o momento presidente, pra entregar aos prefeitos e ao COLIT o
1471 Plano de Desenvolvimento Integral Sustentável do Litoral do Paraná, nós escolhemos
1472 este evento de hoje, por ser um evento de construção e lembrar-lhes do seguinte: esse
1473 é um trabalho extremamente rico, extremamente importante em uma análise do
1474 litoral, mas consta-se que isso vem com referencias de anos anteriores no momento
1475 em que a gente abre para revisão de leis, pra revisão de decretos e eventualmente
1476 para elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento, isso terá que ser revisto
1477 e a proposta presidente, é que o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Litoral, que
1478 o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Turismo, aprovado pela União e que
1479 outros decretos que vão ser analisados agora possam acontecer, tudo de forma
1480 conjunta e definitivamente, a gente tem uma pauta comum e única com o
1481 desenvolvimento do litoral como todo e não trabalhar com as forças fragmentadas. Eu
1482 acho que é a única maneira de dar a resposta que o litoral espera há tanto tempo
1483 inclusive o Estado do Paraná, então eu chamaria pra receber a prefeitura de Matinhos
1484 nosso prefeito anfitrião Sr. Eduardo Antônio Dalmora, Paranaguá o Vice Prefeito o Sr.
1485 Fabiano Vicente Elias, e o secretario Sr. Vicente Claudio Variani de Guaratuba, Prefeito
1486 Sr. Rudisney Gimenes, Sr. Anacleto de Guaraqueçaba, Prefeito de Guaraqueçaba teve
1487 que sair pediu as desculpas, mas está muito bem representado, Sr. Ever de Antonina,
1488 de Morrestes não tem nenhum representante do município Antonina e finalmente o
1489 nosso presidente do COLIT o Secretário Sr. Presidente Jonel Nazareno lurk pra entregar
1490 pro COLIT, e pra finalizar presidente, eu queria deixar algumas sugestões então, de
1491 consideração do conselho sobre a possível criação de uma comissão para tratar do
1492 desenvolvimento do litoral, em conjunto com o decreto, que é uma sugestão que nós
1493 vamos levar ao secretário do planejamento e ao novo secretário Celso Silvestre. Já
1494 estivemos conversando com o Secretário Jonel, conversamos hoje também de tentar
1495 democratizar mais a construção desse plano, em segundo, submeter também ao
1496 COLIT, isso eu acho que nós já podíamos fazer agora presidente, de ter um

1497 acompanhamento do COLIT num plano de ordenamento náutico do litoral do Paraná,
1498 acho muito importante que todos participem desse estudo por que ele vai revelar
1499 grande surpresas, eu tenho certeza que o litoral será visto de outra forma depois desse
1500 plano construído. Dizer o seguinte também presidente, que nós temos um plano de
1501 uso a ocupação do palácio Mathias Böhn em Paranaguá, o palácio é maravilhoso deve
1502 ser entregue pelo Sr.Ivan, no máximo em 30 dias. Estivemos conversando já com o
1503 governador com os secretários de áreas de infraestrutura, e a proposta é fazer um uso
1504 compartilhado nesse espaço, então a proposta que nós pudéssemos levar na
1505 secretaria do COLIT para dentro deste ambiente, que ele tivesse um atendimento
1506 permanente dentro do litoral e que também dele participem os sistemas a SEDU, a
1507 SEMA, o SEBRAE, o IFAN, ou seja, que nós façamos do uso do palácio o uso
1508 compartilhado em prol do desenvolvimento do litoral e o que a gente tem ali,
1509 estratégias tanto de mobilização empresarial quanto de informação turística, quanto
1510 de discussão institucional para que os projetos do litoral avancem com maior
1511 agilidade. Era isso que eu queria propor, muito obrigado a todos!

1512 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno Iurk: - Muito bem,
1513 agradecemos então a participação do Conselheiro Sr. Faisal que nos trouxe aqui
1514 preciosas informações, e retomamos aqui à nossa pauta, e o nosso próximo tema é a
1515 questão da Anuência Prévia para criação da Unidade Administrativa e instalação da
1516 delegacia cidadã no município de Pontal do Paraná, então eu convido o representante
1517 do município de Pontal que faça as suas considerações antes disso o secretario
1518 executivo do COLIT vai fazer um breve resumo do histórico.

1519 Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho: - Vou fazer
1520 apenas um resumo, um histórico desse processo de criação da Unidade Administrativa
1521 de Pontal. Prefiro motivar então o prefeito Gimenes, informando ao Conselho sobre a
1522 possível intenção de uma delegacia de Polícia Civil no âmbito do programa Paraná
1523 Seguro. A manifestação do Secretário da Segurança Pública anexou então os
1524 documentos, croqui e etc. ao COLIT. Nós, dentro do Conselho encaminhamos essa
1525 solicitação ao ITCG para que fosse feita uma locação dentro do município, do local
1526 pretendo para a construção dessa Unidade Administrativa. A informação técnica do
1527 ITCG foi que estaria dentro de uma zona de desenvolvimento urbano, de
1528 infraestrutura, então será possível como zona de ocupação a locação dessa unidade
1529 administrativa. Recebendo essa informação encaminhamos para o jurídico da SEMA,
1530 Dra. Maude Nancy Joslin Motta, para nos dar uma orientação. Esse material está
1531 disponível no site do Conselho do Litoral pra quem quiser olhar, e dentro dessa Prévia
1532 que nós fizemos ficaram, no caso, algumas medidas que deviam ser observadas pelo
1533 município, nós fizemos aí o novo encaminhamento de uma verificação de que essa
1534 área pretensa está dentro de uma zona de expansão urbana, conforme o Decreto
1535 2722/84. Quer dizer então, isso reforça também a consulta do Zoneamento Ecológico
1536 Econômico, que nessa área seria possível a ocupação. Foram feitas algumas
1537 considerações nos primeiros projetos executivos dos empreendimentos, esses devem
1538 prever alternativas sustentáveis desde o projeto construtivo em relação ao uso de
1539 materiais, taxa de indenização, aproveitamento da ventilação natural, aquecimento
1540 solar, eficiência energética, energia renovável e integração da paisagem natural, que
1541 seja apresentado diagnóstico prévio dos componentes ambientais relativos aos
1542 aspectos da flora e fauna, recursos hídricos, históricos e outros valores que pertençam
1543 a toda coletividade, e também seja feita apresentação de medidas compensatórias e

1544 mitigadoras para os impactos gerados pelo empreendimento, ficando como sugestão a
1545 indicação para proteção pelo município das áreas de restinga, podendo até ser
1546 decretada Unidade de Conservação, de acordo com os estudos realizados. Fica
1547 condicionada à autorização do desmatamento ou de corte de árvores, a emissão da
1548 licença ambiental a ser fornecida pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná. Todos os
1549 processos foram para o IAP e lá saiu essa licença previa no dia 22 de março de 2012. E
1550 agora então seria necessário, senhor presidente do conselho, a ratificação dessa
1551 Anuência Previa feita pela secretaria executiva.

1552 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - No começo da nossa
1553 gestão nós vimos a necessidade de fazer uma área do centro cívico, uma parte que o
1554 município não tinha uma identidade. Vários balneários tinham vários polos, então não
1555 tinha uma identidade no centro da cidade, então foi feito um estudo técnico da melhor
1556 localização e a melhor área seria Ipanema e Praia de Leste. Vendo uma área que fosse
1557 no futuro um município novo por que tivesse um espaço para todas as unidades
1558 necessárias e junto à pista BR. Também foi observado que em todos os Planos
1559 Diretores, era comum que essa área era uma área de expansão inclusive com esse
1560 estudo, que fez agora seria numa área de expansão. Observamos que seria uma área
1561 urbana de 1.700 metros, mais ou menos de frente para o mar, seria a área urbana e
1562 até dei de encontro com o conselheiro, que me falou que deve crescer pra dentro,
1563 então nós estamos crescendo pra dentro, dentro dos 1.700m que seria do lado da
1564 rodovia, e fazer uma desapropriação ampla para que a gente pudesse ter as unidades
1565 e assim também uma unidade padrão com área de preservação. A lei que criou o
1566 município de Pontal dizia que a sede era Praia de Leste então eles conseguiram
1567 eliminar a nossa emissão da posse que foi suspensa devido à sede do município ser em
1568 Praia de Leste. Fizemos um novo processo, depois divulgamos aquele na nossa nova
1569 gestão, por que senão tem que passar por uma votação na Assembleia. Fizemos o
1570 processo todo novo, o licenciamento do IAP que vem prorrogando e agora nesse ano
1571 passado nos tivemos a oportunidade de apresentar o presidente do Tribunal de Justiça
1572 que se propunha a fazer uma comarca no nosso município, precisaria de uma área
1573 para a sede, então seria área deste local. Tivemos também a Secretaria de Segurança
1574 que queria fazer uma Delegacia Cidadã e publicamente que fosse tomada uma
1575 providencia em termo do nosso Regional e isso não e só no meu município, eu tenho a
1576 liberdade de dizer que o Hamilton também me confidenciou que no município dele
1577 teve grande dificuldade agora, com os problemas da enchente com a regional do IAP,
1578 como será revisto isso aí e monitorado pela secretaria para que a gente possa ter um
1579 melhor atendimento à nossa população, com o pessoal agora, os que vão votar no
1580 nosso conselheiro. Eu acho muito importante que no município nos 16 anos seja
1581 contemplado com essa autorização por fazer um Centro Cívico que é uma obra que vai
1582 ser feita para o futuro do nosso município peço os votos de vocês então para que seja
1583 favorável a implantação dessa autorização. Obrigado!

1584 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Muito bem, eu
1585 agradeço então as colocações do prefeito Gimenes a respeito das reclamações
1586 relacionadas à Regional. Eu levarei essas reclamações e as representações ao
1587 presidente Tarcísio, uma pessoa bastante sensível, bastante competente e que
1588 certamente vai apurar esses fatos pra que nos empenhamos uma morosidade
1589 excessiva e de liberações e decisões pelo sim e pelo não, mas que sejam dadas
1590 rapidamente pra não haver prejuízos, principalmente naquelas situações de interesse

1591 público e social. Então eu vou colocar em regime de votação, ocorrendo da anuência
1592 que a secretaria executiva do COLIT concedeu ao município de Pontal agora é
1593 necessário antes de colocar em votação e regime de discussão a conselheira Ana
1594 Claudia, por gentileza.

1595 Sra. Ana Claudia Bento Graf, representante da Procuradoria Geral do Estado: -
1596 Senhor presidente, eu só gostaria de um esclarecimento, essa área onde está proposto
1597 o Centro Cívico está na área urbana ou na área rural, ou é tudo perímetro urbano?

1598 Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho: - Dentro do
1599 decreto 2722/84 nós fizemos a consulta, está previsto pelos outros, pensando bem.
1600 Conselheiro Carlos se posiciona para resolver essa questão.

1601 Sr. Carlos Augusto Storer, representante da Secretaria de Estado e
1602 Desenvolvimento Urbano: - Nós também verificamos e está dentro das zonas de
1603 expansão urbana, conforme o decreto 2722/84.

1604 Sra. Rosine, Secretária da Cultura: - Aquelas áreas destinadas fora a prefeitura, a
1605 rodoviária, todas apareceram com 13.000 metros quadrados, isso é área destinada a
1606 cada e é área construída prevista pra cada uma?

1607 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - A área prevista para o
1608 fórum, para a delegacia, mas área construída que nós temos até dentro do processo,
1609 foi pra lá que tem a área construída então é uma construção, delegacias cidadã, ela
1610 precisa de uma área de 5.000 metros lá foi feito 13.000m², mas a construção é de
1611 1.000 e poucos metros, então vai ter toda essa área verde, então cada área dessas tem
1612 a sua área de preservação dentro desses 50% e mais o 50% da parte de fundo.

1613 Sr. Vicente Cláudio Variani, suplente Prefeito Municipal de Guaratuba: - Só uma
1614 pergunta prefeito, dentro do estatuto da cidade, ele prevê que em um grande
1615 empreendimento seja feito um estudo do impacto de vizinhança, queria saber se a
1616 prefeitura fez esse estudo, a prefeitura fez esse estudo de impacto de vizinhança
1617 tendo em vista a particularidade rodoviária que será instalada nessa área?

1618 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - está sendo feito o
1619 adensamento, em termos assim genérico, para que seja feito inicialmente o que está
1620 previsto, delegacia e fórum e a outra parte vai ser instalada futuramente até a sede da
1621 prefeitura pode ser feita ali, mas não tem projeto específico a não ser da delegacia e
1622 esse pré-projeto de localização do fórum, que também não existe o projeto do fórum,
1623 ainda existe uma disponibilização da área para a comarca.

1624 Sr. Pedro Guimarães, representante das entidades ambientalistas do Paraná que
1625 atuam no litoral paranaense: - Prefeito, quero lhe fazer uma pergunta de caráter
1626 pessoal, pode se quiser não responder, mas é que eu tenho o conhecimento, esses
1627 quinhões aí não são aqueles que tem aquela confusão lá com o Maneco Paraguaio? Foi
1628 resolvido aquilo?

1629 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - Não. São vários quinhões, s
1630 tem inclusive um quinhão que é dele, o outro é de outras pessoas, são cinco ou seis
1631 proprietários. O problema é que foi para a justiça e que é o seguinte: isso aí é
1632 declarado como área rural e o município nessa desapropriação desses 200.000 metros
1633 teve que pagar pelo INCRA, que era a declaração que você paga o ITR pago R\$ 12.000.
1634 Então eu acho que é normal.

1635 Sr. Pedro Guimarães, representante das entidades ambientalistas do Paraná que
1636 atuam no litoral paranaense: - Prefeito, eu só queria saber, então eu, como

1637 conselheiro vou comunicar a eles que a coisa está andando se eles têm alguma coisa
1638 pra contestar que eles contestem.

1639 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - Mas já foi contestado na
1640 justiça no 1º processo, eu continuo o 2º processo e eles entraram com recurso na
1641 segunda instância e não conseguiram suspender a emissão.

1642 Sr. Pedro Guimarães, representante das entidades ambientalistas do Paraná que
1643 atuam no litoral paranaense: - Obrigado prefeito!

1644 Sra. Viviane Rauta, eng. florestal do IAP, representante do SINDISEAB: - Eu só
1645 queria perguntar Marco, você que acompanhou o processo da tipologia florestal e a
1646 questão da prévia, foi colocada alguma condição para a continuidade ao
1647 procedimento, licenciamento daí a instalação e a de operação na prévia? Não foi
1648 colocado nada, só foi dada licença prévia?

1649 Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho: - Exato, só foi
1650 dada licença prévia pelo IAP e em relação à tipologia florestal nós não nos
1651 manifestamos, a intenção foi apenas fazer com que o processo de anuência prévia
1652 pudesse avançar.

1653 Sra. Viviane Rauta, eng. florestal do IAP, representante do SINDISEAB: - Mas se
1654 aparece, o IAP não apresentou a tipologia florestal prefeito? Tem que ser verificado o
1655 que está escrito no parecer por que se ele colocou ali, o artigo que falava de 50% do
1656 estágio médio que é utilização.

1657 Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná: - Essa condição foi que o IAP
1658 fez uma licença após a anuência do COLIT, o IAP fez uma licença prévia, nessa licença
1659 prévia ele exigiu que ficasse 50% dessa licença prévia sem desmate. Estão pedindo a
1660 licença de desmate dos outros 50% para poder instalar a unidade.

1661 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - É bom que fique
1662 claro que nós não podemos entrar agora aqui no mérito do licenciamento em si, mas
1663 em relação ao uso do solo e das prerrogativas que o COLIT tem.

1664 Sra. Jozaine Baka, suplente Prefeito Municipal de Paranaguá e Secretária do Meio
1665 Ambiente do Município de Paranaguá: - Só, que eu me lembre, pela lei, na pior
1666 hipótese tem que preservar 50%, e ele está preservando, então isso é considerado
1667 área rural, 50% dentro da área urbana já reconhecidamente é 30%, isso é o pior rigor
1668 então pelo o que ele apresentou ali ele está preservando 50% ele está de acordo com
1669 a lei.

1670 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - É, e também
1671 lembro que esse tipo de empreendimento é de utilidade pública e social, são
1672 estruturas de atendimento à população. Vamos colocar em regime de votação o
1673 referendo num regime simbólico Os conselheiros que aprovam, portanto a anuência
1674 da secretaria executiva COLIT, os que aprovam permaneçam como estão e os que não
1675 aprovam se manifestem.

1676 Sra. Ana Claudia Bento Graf, representante da Procuradoria Geral do Estado: -
1677 Voto favoravelmente à ratificação da anuência e, reconhecendo que se trata de obras
1678 de entidade pública, sem desmerecer esse fato mas eu gostaria só de declarar o voto
1679 no sentido de que seja efetivamente observado pelo IAP os artigos 12, 14 e 17 da lei da
1680 Mata Atlântica . Sei que foi mencionado na anuência o respeito à legislação em geral
1681 mas eu acho importante, nesse caso específico, como a cobertura florestal é
1682 significativa, que sejam respeitados esses artigos e outros da lei da Mata Atlântica,

1683 então o meu voto é pela aprovação, mas observados esses dispositivos e os demais
1684 aplicados.

1685 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Muito bem, então
1686 eu entendo que nós teríamos uma espécie de recomendação ao IAP, que com certeza
1687 fez a observações .

1688 Sra. Ana Claudia Bento Graf, representante da Procuradoria Geral do Estado: - É
1689 que ainda não autorizou o corte entende, ainda não está nessa fase, então eu acho
1690 que ainda há tempo de recomendar, eu faço como uma declaração de votos se o
1691 senhor quiser transformar isso numa recomendação fique a vontade.

1692 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Então eu vou
1693 colocar em regime de votação a questão do referendo ou seja a anuência em
1694 referendo, a anuência previa do COLIT e também em conjunto a recomendação
1695 proposta pela doutora Sra. Ana Claudia, pelo cumprimento, você pode repetir para
1696 mim com clareza os artigos, os artigos 12, 14 e 17 da norma da lei da Mata Atlântica.
1697 Então os conselheiros que aprovam inicialmente o referendo permaneçam como estão
1698 e os que desaprovam que se manifestem, também em conjunto a recomendação da
1699 conselheira Sra. Ana Claudia. Não havendo manifestações então, eu declaro aprovado
1700 e referendado, a ação da secretaria executiva do COLIT.

1701 Então vamos ao próximo item de nossa pauta que trata da deliberação para
1702 manutenção ou não do embargo do Supermercado Quintetos em Matinhos.

1703 O Sr Cladimir Faé, representante do CREA: - Presidente, talvez eu tenha
1704 entendido errado a colocação do prefeito. Ele fez 2 colocações, uma sobre isso aí e
1705 uma sobre o *minha casa minha vida*. Aquela era apenas um comentário? Não era nada
1706 do COLIT?

1707 O Sr. Rudisney Gimenez, Prefeito de Pontal do Paraná:- Não, aquela outra era por
1708 ele ser o Secretário do Meio Ambiente dentro do IAP, que a gente está tendo essa
1709 dificuldade. Eu fiz uma solicitação e um apelo para que intervenha para que a gente
1710 possa instalar também o projeto *minha casa minha vida*, mas é outro processo
1711 independente.

1712 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Muito bem,
1713 passamos ao item 8 da reunião.

1714 O Sr. Marco Aurélio Busch Ziliotto, Secretário Executivo do Conselho: - Próximo
1715 item da pauta seria sobre o Supermercado Quintetos e nós recebemos um pedido de
1716 vista por parte da conselheira Ana Claudia da Procuradoria Geral do Estado, então nós
1717 estamos retirando da pauta, nesse momento, esse assunto por conta do pedido de
1718 vista da conselheira Ana Claudia.

1719 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Passamos então
1720 ao nosso próximo item, que é a proposta de inclusão de novos membros efetivos para
1721 compor o COLIT, eu lembro aos senhores conselheiros da última reunião realizada em
1722 Antonina. Houve uma sugestão de que compusessem esse conselho entidades como a
1723 SANEPAR, COPEL, e Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, e aí nós comentamos
1724 naquela oportunidade que na reunião de hoje nós submeteríamos ao Conselho a
1725 proposta de um convite inicialmente a essas instituições, até por que nós não
1726 podemos simplesmente obrigá-las a compor ao nosso Conselho, então eu proponho
1727 que a gente faça um convite para que essas entidades com pressão na próxima
1728 reunião e de antemão solicitando a concordância de participar do nosso Conselho, a

1729 SANEPAR, COPEL, e Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, e submeto então aos
1730 senhores conselheiros primeiro em regime de discussão sobre essa proposta.

1731 O Sr. Adalto Mendes Lüders, representante das Associações Comerciais do litoral:
1732 - Sobre esse assunto ou acho que o secretário de turismo, Sr. Faisal, vai sugerir
1733 também o nome DETUR. De antemão queria parabenizar pela presidência desse
1734 Conselho, que nunca esteve tão aberta para a discussão como está hoje. Antigamente
1735 era um regime bem autoritário quando se tentava qualquer tipo de negociação, só o
1736 fato de hoje a gente abrir a possibilidade da discussão do decreto 2722, eu considero
1737 uma vitória enorme aqui para os municípios do litoral, então de antemão meus
1738 parabéns. Eu represento toda a iniciativa privada e sobre isso também, que é um
1739 detalhe importante, uma única vaga para a iniciativa privada, então gostaria que o
1740 Conselho pensasse para a próxima reunião em um convite para mais Associações
1741 Comerciais, Associações de Bairros, Rotary Clubes, que viessem compor esse Conselho,
1742 para adicionar mais paritários e com pessoas que residem aqui no nosso litoral. Sei que
1743 muitos aqui são residentes de Curitiba e boa parte deles tem pouco conhecimento da
1744 nossa realidade aqui, então fica difícil para qualquer debate de antemão, então veja a
1745 questão do prefeito, Sr. Gimenes, uma área enorme que ele está desapropriando e vai
1746 usar só 25% da área e, ainda assim tem condicionantes para cortar a árvore. Então fica
1747 difícil. Na realidade por que o município dele está muito consolidado, muito parecido
1748 com a nossa situação, então fica aí a minha sugestão, para que os Conselhos se abram
1749 mais aqui para o nosso litoral, mais entidades e que a iniciativa privada esteja mais
1750 representada e não uma única cadeira como é a minha aqui.

1751 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Então nos vamos
1752 incluir para a próxima reunião, um convite para outras entidades e também vou pedir
1753 à assessoria jurídica e à secretaria executiva do COLIT que também façam uma análise
1754 sobre a questão de uma composição do conselho.

1755 Sra. Viviane Rauta, eng. florestal do IAP, representante do SINDISEAB: - Eu só
1756 gostaria de saber o estatuto do Conselho, se ele tem que ser paritário, se nós do
1757 Conselho da APA de Guaratuba temos que ser paritário, chapa branca, e as instituições
1758 e entidades, então no caso aqui é aberto não tem numero, não tem por que se não a
1759 gente vai perder o foco.

1760 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Não, quando nós
1761 olhamos a composição aqui a gente observa uma qualidade sim, entre o Governo
1762 Estadual, os municípios e os outros membros efetivos. Mas, nós vamos analisar agora,
1763 mediante o assento de outras instituições do estado e obviamente verificando a
1764 possibilidade de abrir ou manter a paridade às outras entidades, como foi sugerido
1765 pelo conselheiro Adalto. Então, o que nós estamos propondo hoje e simplesmente o
1766 convite formal para que essas entidades compareçam na próxima reunião aonde a
1767 gente expõe o trabalho que a gente faz e a anuência ou o não deles de participar. Com
1768 a palavra do conselheiro Sr. Ricardo

1769 O Sr. Prof. Ricardo Rodrigues Monteiro, UFPR Litoral: - Em primeiro lugar eu
1770 parabenizo a condução das últimas reuniões que eu tenho participado do COLIT, que
1771 eu acho que é esse o caminho, nós temos o debate cada vez mais democrático, e
1772 reforço a manifestação do colega Adalto e recomendo se utilizar composição do
1773 Conselho Nacional da Cidade que é uma referencia federal. Hoje nós temos uma
1774 simetria muito grande a favor do Governo do Estado. Somos contrários
1775 evidentemente, mas nós defendemos que exista mais um equilíbrio de forças, então o

1776 que nós defendemos é que na medida em que outras representações do litoral
1777 venham adentrar ao Conselho isso lhe de força se torne mais harmonioso.

1778 Sr. Marco Aurélio Visintin, representante da Secretaria de Estado da Ciência,
1779 Tecnologia e Ensino Superior: - Em comparação com o colega da Universidade Federal
1780 falou, eu vejo que o representante acadêmico é exclusivo da Universidade Federal do
1781 Paraná, aqui no litoral nós temos outras entidades de ensino então, que o
1782 representante acadêmico seja consagrado não somente em um mérito no Ministério
1783 Federal. É um grande trabalho que ela faz aqui no litoral, mas que também a
1784 Universidade Estadual que aqui está presente, então que a comunidade acadêmica
1785 possa ser ampliada ou pelo menos que se desse a oportunidade também dela eleger o
1786 seu representante.

1787 Primeiro parabenizar seu secretário e presidente pela sua fala de que o COLIT
1788 está trabalhando em conjunto com o litoral e não mais com o órgão, mas não sei se foi,
1789 pois eu não estava aqui, mas a impressão que eu tenho da comunidade do litoral que é
1790 um órgão interventor do litoral, não é um simples órgão que apoia o desenvolvimento.
1791 Eu acho que hoje não cabe mais ao COLIT, impressão minha, que liberasse um
1792 supermercado como deve ou como não deve ser instalado, eu acho que isso fere a
1793 economia do município, eu acho que essa questão já esta superada, inclusive essa
1794 comissão tem que rever o papel do COLIT dentro dessa nova visão de apoio ao
1795 desenvolvimento do litoral e sim consagrar quanto mais pessoas para que possa ajudar
1796 no desenvolvimento do litoral e não ser um órgão regulador que veta. Não consigo
1797 nem imaginar vetar a instalação do Supermercado. Aqui, vários secretários de estado
1798 ficariam deliberando sobre o mercado, mas eu acho que não cabe mais ao COLIT. A
1799 minha impressão, então eu queria fazer esse pleito pela a comunidade acadêmica.
1800 Secretário Faisal Saleh, tenho acompanhado o trabalho enorme que a Secretaria de
1801 Turismo tem feito no Paraná inteiro, parabéns, porém eu gostaria de reforçar que o
1802 turismo religioso no litoral é muito forte, ele é a nata daqui, então eu acho que a
1803 Secretaria podia olhar com mais carinho esta questão do turismo religioso, não há
1804 município aqui no litoral que não tenha um dia religioso, em que as pessoas ligam para
1805 cá por causa deste evento religioso, então o turismo religioso é muito forte, é natural
1806 daqui. Acho que o Estado podia prestar um pouquinho mais de atenção nesta questão,
1807 não que não tenha sido questão de atenção, mas que fosse explícito na pauta da
1808 Secretaria de Turismo.

1809 O Sr. Faisal Saleh, Secretário de Estado do Turismo: - Primeiramente, gostaria de
1810 fazer uma indicação ao litoral para ser membro do COLIT, por que o instituto da DETUR
1811 tem realmente que colaborar e ter uma colaboração efetiva com o desenvolvimento
1812 do turismo do litoral. Quero lembrar que no temos 399 municípios, que é impossível
1813 com os recursos que nós temos e com a equipe tão pequena para atender todas as
1814 demandas dos 399 municípios, só na logica da regionalização e fortalecendo as
1815 instancias de governança nós poderemos, efetivamente, ter mais resultados. O
1816 turismo religioso ele tem um trato especial na Secretaria de Estado e especialmente
1817 agora nós estamos criando através da Pastoral de Turismo no Brasil e de um esforço
1818 coletivo que o Padre Chiquinho, atuar em comunhão com diversas outras crenças e
1819 religiões, não só a católica, para criar um desenvolvimento do turismo religioso no
1820 Estado do Paraná. Quer figurar entre os cinco maiores destinos do turismo religioso
1821 do Brasil a fora. Há uma dedicação extremada, especial, do nosso vice-governador a
1822 respeito do Rocio, como também há uma visão muito positiva e desafiadora para

1823 desenvolver o turismo como um todo. Mais é importante comentar que é um dos
1824 segmentos mais desordenados e desorganizados do turismo. Tem um segmento
1825 religioso, as caravanas da fé e tudo mais, elas tão totalmente fora critério de
1826 qualificação, de condições ideais de transporte e outros requisitos que passam a ser
1827 pauta de nossa preocupação. A construção destes referenciais de desenvolvimento
1828 para poder atuar então, e aí, uma preocupação muito grande, que eu gostaria de
1829 passar no momento oportuno, em termos de momento que encontra o turismo
1830 religioso no Brasil. Não é só no Paraná, é o desafio que rege o aumento deste esforço
1831 por nossa parte, então Sr. Presidente, fica aqui a indicação da DETUR que eu acho, do
1832 ponto de vista do litoral, muito importante. Eu gostaria de trazer isso na aprovação
1833 deste Conselho.

1834 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Então, o nosso
1835 encaminhamento será na seguinte direção: de um convite inicial à SANEPAR, COPEL,
1836 Secretaria da Saúde. O secretário executivo anotou as sugestões, de outras
1837 Universidades daqui da região litorânea, também de outras entidades da sociedade
1838 civil, como associações comerciais, mais a sugestão do conselheiro Faisal a respeito da
1839 DETUR, que seria daí para a próxima sequência, então eu coloco em regime de votação
1840 o convite que será feito, SANEPAR, COPEL, Secretaria da Saúde pelo regime simbólico
1841 os conselheiros que aprovam permaneçam como estão, os que desaprovam se
1842 manifestem.

1843 Sr. Pedro Guimarães, representante das entidades ambientalistas do Paraná que
1844 atuam no litoral paranaense: - Eu acho que a COPEL e a SANEPAR, pela experiência que
1845 eu tenho de Conselho, e de Conselho do Litoral, eles não tem a prática democrática
1846 necessária, para conviver com essa amplitude aqui, eles trabalham fundamentalmente
1847 com energia, e energia é poder e eles não perderam essa concepção, esse é meu voto
1848 contra, por que eu tive problemas com o IAP, com o IBAMA, com os Prefeitos, ou seja,
1849 se tive problemas com toda a espécie de órgão de poder, os meus maiores problemas
1850 foram democráticos junto a esses órgãos, então estou votando contra e gostaria que
1851 os conselheiros observassem também o perfil e o comportamento dessas duas
1852 instituições, em termos de inclusão, como disse o conselheiro, eu acho que o Instituto
1853 Federal de Paranaguá, imediatamente tem que vim compor conosco por que a
1854 proposta acadêmica deles é interessante para o litoral do Paraná, pela visão técnica
1855 que eles estão querendo disponibilizar para nossa juventude. Recebi uma reclamação
1856 aqui em Matinhos para que o Presidente do Conselho veja por que o Conselho do
1857 Litoral não compõe o Comitê de Bacias no Litoral.

1858 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Fica registrado o
1859 voto contrário.

1860 Sra. Jozaine Baka, suplente Prefeito Municipal de Paranaguá e Secretária do Meio
1861 Ambiente do Município de Paranaguá: - De repente, tem muito mais entidades de
1862 nível superior dentro do litoral, de repente, se for ter uma cadeira vai ficar complicado
1863 que tem a UFPR, tem a Privada, tem a Estadual, então se de repente um representante
1864 que pode ser alternado a cada período mais que represente todas as Universidades.

1865 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Esta questão é
1866 delicada, por que o que nós estamos propondo aqui, na realidade é um convite a essas
1867 entidades que foram apontadas já na reunião anterior do COLIT, para verificar se eles
1868 têm interesse ou não, isso não que dizer que já estamos deliberando a participação
1869 deles, será objeto de um estudo, inclusive em relação à paridade. E também, foram

1870 anotadas pela secretaria executiva, as demandas representadas aqui de outras
1871 composições, que vamos fazer o convite para próxima reunião, para a seguinte, mas só
1872 para a gente não atropelar as coisas. Então neste momento nós temos um voto
1873 contrário, em relação às associações comerciais a secretaria vai fazer um estudo, fazer
1874 um mapeamento para compor uma fórmula, exatamente na direção que a conselheira
1875 comenta, que não há como ter assento para todos, terá que haver uma representação
1876 do segmento. Temos um voto contrário, os demais a favor pelo convite destas
1877 instituições, como observadores, e retomaremos a proposição na próxima reunião.

1878 Finalmente partimos para o último item da ordem do dia que é a apresentação
1879 do Projeto Orla pela SPU.

1880 Sra. Débora Cristina Barreto, Secretária do Patrimônio da União: - Faz seus
1881 agradecimentos aos Srs. Conselheiros, Sra. Débora faz a apresentação do projeto
1882 ORLA, relata os objetivos desse projeto, apresenta seus principais atores: MMA
1883 (Coordenação geral), SPU (Coordenação adjunta), OEMAs e CTE (Coordenação das
1884 atividades junto aos municípios), Municípios (Gestores e técnicos a serem
1885 capacitados), INSTITUTOS (Capacitação de técnicos municipais). Relata seus benefícios
1886 para o nacional, regional, e local. Apresentou sobre o Regime Patrimonial nos Espaços
1887 Litorâneos, curso de capacitação para formação de instrutores. Por fim, a proposta do
1888 projeto. Realização de Oficina Conjunta de Sensibilização para a readesão dos
1889 Municípios, com a presença da Coordenação Nacional.

1890 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Bom, pelo o que
1891 eu entendi da exposição da Sra. Débora, a formação de um grupo de trabalho e talvez
1892 de uma nova composição de um grupo existente, mas, será que não seria conveniente
1893 nós retomarmos pelo menos uma reunião a atual composição e aí a partir desta
1894 reunião. O próprio grupo poderia fazer uma proposta de ampliação, ou a retomada das
1895 atividades por que, na realidade, há uma paralisia neste momento nesta atividade
1896 deste grupo, então talvez fosse melhor fazer a retomada e na sequência, até se pensar
1897 na sua ampliação, enfim na verdade eu estou fazendo um questionamento à sua
1898 colocação. Se, seria possível nós conduzirmos desta forma.

1899 Sra. Débora Cristina Barreto, Secretária do Patrimônio da União: - Acho que a sua
1900 consideração é pertinente, aliás uma resolução pode ser, a qualquer momento
1901 alterada, mas por um lado por falta de interesse, por falta de fomento nosso, da
1902 própria SPU, ela se perdeu e a gente não tem assim esses registros tão claros, mas a
1903 gente pode estar rearticulando, a composição, acho que isso é necessário para que a
1904 gente leve o trabalho adiante e é bem a colocação. Além disso eu coloquei aqui na
1905 apresentação “ratificar”, podemos ratificar a composição da comissão assim como a
1906 gente pode repensá-la por temos alguns órgãos que não se fizeram presentes e que
1907 poderiam ser incluídos. Essa composição tem que dar respostas aos conflitos e a
1908 caracterização do território da ORLA.

1909 Sra. Viviane Rauta, eng. florestal do IAP, representante do SINDISEAB: - A
1910 apresentação vem de encontro com o nosso sofrimento de termos licenciamento na
1911 ORLA, então ficamos sempre na dúvida, se é o IAP que licencia, SPU, etc. Então acho
1912 que essa retomada vem a ser bem-vinda para nós. Então já tem as resoluções do
1913 CONAMA que fala de 300 metros, enfim tudo isso para que a gente possa trabalhar e
1914 também, principalmente para que os municípios venham se conhecendo. É muito
1915 pertinente a retomada desta composição por que, é claro que os municípios gostam de
1916 crescer para a área da ORLA, não somos nada contra o desenvolvimento dos

1917 municípios, mais a ORLA é uma questão muito sensível, um ambiente muito frágil.
1918 Gostaria de fazer uma colocação que realmente, Secretário, se pensasse na
1919 composição, por que até o momento que eu saiba, esse Plano de Gerenciamento
1920 Costeiro, eu sei que existe, mas que não temos conhecimento, foi indicada uma pessoa
1921 que não atua no litoral, não trabalha com isso. Não estou me colocando como
1922 candidata, só coloco que tem que pensar na pessoas que vão ser representantes para
1923 que realmente atuem na área.

1924 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - A sugestão é que
1925 haja a marcação de uma reunião com esses entes que já estão instalados e depois, na
1926 sequência a gente pode propor uma outra composição. Passamos a tribuna livre. Não
1927 tendo inscritos.

1928 Sra. Ana Claudia Bento Graf, representante da Procuradoria Geral do Estado: -
1929 Pede para que se coloquem à disposição no site todas as apresentações.

1930 Sr. Presidente do Conselho do Litoral, Sr. Jonel Nazareno lurk: - Confirma que
1931 ficará disponível no site do COLIT. Feitos os agradecimentos ao Prefeito e ao SESC dá-
1932 se por encerrada a reunião.